



---

**ATA DA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA  
DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO  
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Aos sete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e três, às nove horas e quinze minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, respectivamente primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária presencial.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE**. Não há ata a ser lida. Passo a palavra ao primeiro-secretário, deputado Paulo Corrêa, para a leitura do expediente.

**PRIMEIRO-SECRETÁRIO** (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Bom dia, nobre presidente, senhores deputados, senhoras deputadas, nossos colaboradores, imprensa, Rádio, TV Assembleia e site. Expediente da Sessão Ordinária do dia 7 de fevereiro de 2023: Ofício nº 126.661.073.0006/2023, do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul, encaminhando Relatório de Gestão do Biênio 2021/2022 (Prot. nº 27.695/2023); Ofícios nºs 3, 9, 20 e 33/2023, da Secretaria de Estado de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul, respondendo às indicações dos deputados Neno Razuk, Mara Caseiro, Capitão Contar, Jamilson Name, Renato Câmara, Coronel David e Barbosinha (Prot. nºs 27.725, 27.731, 27.733, 27.724/2023); Ofícios nºs 4, 5 e 32/2023, da Secretaria de Estado de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul, respondendo aos requerimentos dos deputados Amarildo Cruz e João Henrique (Prot. nºs 27.776, 27.772, 27.773/2023); Ofícios nºs 1.505, 1.507/2023, da Secretaria de Estado de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul, respondendo aos requerimentos dos deputados Amarildo Cruz e Pedro Kemp (Prot. nºs 27.726, 27.768/2023); Ofícios nºs 1.509, 1.516 e 1.517/2023, da Secretaria de Estado de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul, respondendo às indicações dos deputados Renato Câmara, Amarildo Cruz, Pedro Kemp, Neno Razuk, Mara Caseiro e Paulo Corrêa (Prot. nºs 27.727, 27.729, 27.730/2023); Ofício nº 23/2023, da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos de Campo Grande, respondendo à indicação do deputado Pedro Kemp (Prot. nº 27.750/2023); Ofícios nºs 12.084 e 12.118/2022, da Secretaria Municipal de Saúde de Campo Grande, respondendo às indicações do deputado Jamilson Name (Prot. nºs 27.752, 27.751/2023); Ofício nº 77/2023, da Secretaria Municipal de Saúde de Campo Grande, respondendo à indicação do deputado Pedro Kemp (Prot. nº 27.749/2023). Senhor presidente, foi lido o expediente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Antes de iniciar a segunda parte do Pequeno Expediente, iniciando os trabalhos legislativos, quero dizer aos deputados que vamos formar uma comissão com três deputados para apresentar uma proposta a ser deliberada na primeira sessão da próxima semana, alterando ou não o Regimento Interno, a fim de definir como continuaremos fazendo as nossas



sessões, se de forma híbrida, com a possibilidade de votação virtual, ou não. O Regimento já tem uma previsão de horário de início das sessões. A proposta seria sobre a forma de nós tocarmos o Pequeno e o Grande Expediente e a quantidade de deputados a falar. Nossa proposta é que a comissão, desde já, analise o retorno das sessões, conforme era determinado pelo Regimento, ou se é preciso mudá-lo devido a essa inovação que está à nossa disposição, que é a sessão híbrida. Eu gostaria de convocar os senhores deputados Junior Mochi, Pedrossian Neto e Pedro Kemp, e saber se Vossas Excelências concordam em participar da comissão. Então, formada essa comissão, eu gostaria que fosse feito um trabalho intenso para ver se esta semana a gente decide isso, para que no começo da próxima semana possamos fazer a proposta e iniciar com o novo modelo. Se houver necessidade de mudar o Regimento Interno, a gente já altera. Agora vamos passar à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Com a palavra, no Pequeno Expediente, o nobre deputado Coronel David.

**DEPUTADO CORONEL DAVID (PL)** — Bom dia, presidente. Bom dia, deputadas e deputados. É uma alegria estar aqui novamente cumprimentando a Mesa Diretora e, por meio de Vossa Excelência, o deputado Renato Câmara, nosso primeiro-vice-presidente; o amigo deputado Paulo Corrêa, primeiro-secretário; e o deputado Pedro Kemp, segundo-secretário. Senhor Presidente, tenho hoje, infelizmente, duas moções pesar, pela perda de dois integrantes da minha instituição, a Polícia Militar, que nos deixaram nos últimos dias. Primeiro, da região de Ponta Porã, nosso saudoso segundo-sargento José Benites, que faleceu no dia 4 de fevereiro de 2023. Durante todo o tempo que ele ficou na caserna, prestou um serviço muito relevante em prol da segurança pública de Mato Grosso do Sul. Infelizmente, em decorrência de um AVC, ele veio a falecer no dia 4 de fevereiro. Então eu deixo aqui registrada essa moção de pesar, em nome da Assembleia Legislativa, a quem muito fez pela segurança pública. Outra moção de pesar, infelizmente, é pela perda do subtenente José Laurentino dos Santos Filho. Um grande homem, grande representante da Polícia Militar da região de Coxim e de Rio Verde de Mato Grosso. Depois de aposentado, ele foi chamado de "pai dos motoristas" de Rio Verde de Mato Grosso, porque ele é dono da primeira autoescola da cidade, e foi responsável pela emissão de muitas carteiras de habilitação. Mas, infelizmente, em decorrência de um problema de saúde ele também nos deixou. Então ficam aqui consignadas, senhor presidente, as minhas homenagens a esses dois valorosos policiais militares que deixam um vazio em nossas vidas, pelo que significaram ao longo do tempo que prestaram serviços na instituição, e também pela amizade que eu tinha com os dois. É só isso, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra, o nobre deputado Pedro Kemp.

**DEPUTADO PEDRO KEMP (PT)** — Senhor presidente, senhores deputados e senhoras deputadas, quero apresentar um projeto de lei que "Assegura o acesso a medicamentos e produtos à base de canabidiol (CBD) e tetrahidrocanabinol (THC) para tratamento de doenças, síndromes e transtornos de saúde. Artigo 1º - Fica assegurado o acesso a medicamentos e produtos à base de canabidiol (CBD) e



tetrahydrocannabinol (THC) às pessoas que necessitem e preencham os requisitos contidos nesta lei, para o tratamento de saúde de doenças, síndromes e transtornos, no estado de Mato Grosso do Sul. Artigo 2º - O estado de Mato Grosso do Sul, por meio de sua administração direta e indireta, não colocará óbices ao acesso a medicamentos e produtos a que se refere esta lei para pacientes amparados por: I - Prescrição médica válida contendo o Código Internacional da Doença (CID), síndrome ou transtorno; II - Declaração médica sobre a existência de estudos científicos comprovando a eficácia do medicamento para a doença, síndrome ou transtorno, e/ou efeitos colaterais dos tratamentos convencionais enfrentados pelo paciente. Artigo 3º - O acesso aos medicamentos e produtos industrializados ou artesanais pode ser assegurado por meio de associações, devidamente autorizadas, para a produção, distribuição, importação e comercialização de medicamentos e produtos à base de canabidiol (CBD) e tetrahydrocannabinol (THC). Artigo 4º - O poder público poderá celebrar convênios com os municípios e com as organizações sem fins lucrativos representativas dos pacientes, a fim de promover, em conjunto, campanhas, fóruns, seminários, simpósios e congressos para conhecimento da população em geral e de profissionais da saúde acerca da terapêutica canábica. Artigo 5º - Fica assegurado ao paciente o direito de receber, em caráter de excepcionalidade, mediante distribuição gratuita nas unidades de saúde pública estadual, medicamento de procedência nacional ou importado, formulado à base de derivado vegetal industrializado e tecnicamente elaborado, nos termos das normas elaboradas pela Anvisa, que possui em sua formulação o canabidiol". Eu queria aqui, senhor presidente e senhores deputados, defender a aprovação desse projeto que já foi aprovado no estado de São Paulo. Lá já é lei. Hoje existem algumas síndromes e doenças raras em que as crianças têm muitas convulsões. O canabidiol é um remédio que já está aprovado pela Anvisa, e é muito indicado para conter essas convulsões. O governador do estado de São Paulo, que inclusive foi um defensor da aprovação da lei, disse que tem um sobrinho que necessita desse medicamento para o controle das convulsões. Eu também tenho um sobrinho que tem uma doença raríssima; são apenas seis casos no Brasil, e ele é um deles. Ele tinha cerca de cento e vinte convulsões por dia; e o único medicamento que resolveu esse problema foi o canabidiol, que, na época, o pai dele tinha que importar, porque não era encontrado aqui no Brasil. E assim como essa síndrome que o meu sobrinho tem, outras síndromes acometem crianças muito pequenas e recém-nascidas. E esse medicamento está se mostrando bastante eficaz para o controle dessas convulsões.

**DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB)** — É fora da possibilidade, mas eu queria pedir um aparte!

**DEPUTADO PEDRO KEMP (PT)** — Eu vou conceder, com a maior satisfação, primeiro-secretário, deputado Paulo Corrêa.

**DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB)** — É indicado inclusive para o mal de Parkinson, e está aprovado pela Anvisa. Quero assinar com Vossa Excelência, se me permite.



**DEPUTADO PEDRO KEMP (PT)** — Eu agradeço o apoio de Vossa Excelência e já peço o apoio dos nobres pares, para que nós possamos aqui também em Mato Grosso do Sul disponibilizar esse recurso, porque é um medicamento caro. Aqueles que têm condições financeiras podem adquirir; mas quem não tem, fica com seus filhos tendo convulsões, algo que acaba prejudicando e comprometendo o desenvolvimento cognitivo e global dessa criança. Eu sei que é um projeto que gera certa polêmica para algumas pessoas. “Mas é da maconha!”. Tem o princípio ativo, mas é um medicamento que realmente tem resolvido casos extremos de múltiplas convulsões e casos, como disse o deputado Paulo Corrêa, até de mal de Parkinson. Então nós gostaríamos de protocolar esse projeto nesta manhã, senhor presidente. Obrigado.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o deputado Zeca do PT.

**DEPUTADO ZECA DO PT (PT)** — Bom dia, senhor presidente. Cumprimento Vossa Excelência, os membros da Mesa e nossos queridos deputados e deputadas. Senhor presidente, a verdade é que o mundo assiste perplexo o que acontece hoje na região amazônica, particularmente com o povo Yanomami. Além disso, há o desmatamento desenfreado e a violência sexual contra as índias, cometida pelo pessoal que está trabalhando clandestinamente. Então, além de tudo, nós precisamos, num gesto de solidariedade, nos manifestar sobre isso. E preocupado com essa situação, consultei Sua Excelência, o governador Eduardo Riedel, e o secretário Eduardo Rocha; e os dois foram absolutamente favoráveis à ideia que eu trago a esta Casa na forma de uma indicação, para que o estado, dando exemplo para o Brasil, com um gesto humanitário de sensibilidade e solidariedade humana, remeta uma carga (a maior possível) de água mineral nos copinhos que a Sanesul produz. Com certeza, a Aeronáutica transportará até Boa Vista, para que essa água seja entregue, assim como várias entidades da sociedade civil têm feito, para que os índios possam beber água de boa qualidade, pois a água está totalmente contaminada com mercúrio que é jogado no rio. Portanto, esse pedido tem o aval de Sua Excelência o governador, que me ligou hoje cedo manifestando apoio. Apresento então, senhor presidente, uma indicação ao governador Eduardo Riedel, com cópia ao presidente da Sanesul, para que o estado, o mais rapidamente possível, encaminhe àquele povo indígena uma carga dessa água mineral de boa qualidade, evidentemente potável, como uma forma de manifestar solidariedade àqueles que precisam desse comportamento humanitário. Obrigado, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda com a palavra, no Pequeno Expediente, o nobre deputado Rafael Tavares.

**DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB)** — Bom dia, nobres colegas. Bom dia aos deputados da Mesa. Hoje estou aqui para apresentar um projeto que nós protocolamos ontem na Casa. Esse projeto trata da situação da menina Sophia. Todos nós acompanhamos a tragédia que aconteceu com essa menina de apenas dois anos de idade. E durante o acompanhamento o caso, ficou evidente que isso poderia ter sido evitado. Essa menina passou por mais de trinta atendimentos. A delegacia



especializada para criança e adolescente funciona somente até as 17h. Sendo assim, como é que você vai levar uma menina vítima de violência sexual, por exemplo, para uma Depac, às 22h? Não tem como! E isso não é culpa dos policiais, mas, sim, da estrutura que o estado está oferecendo para atender essas crianças. Por isso eu apresento esse projeto e peço o apoio de todos os colegas, para que a gente crie um centro de atendimento integrado para crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência, denominado Casa da Criança e do Adolescente. Esse centro funcionaria como uma delegacia vinte e quatro horas, com acompanhamento psicológico e jurídico. Então eu vou passar pedindo a assinatura dos colegas, para que a gente consiga implementar esse projeto. Hoje à tarde eu tenho uma reunião com o governador Eduardo Riedel, e vou levar esse projeto para a prefeita Adriane Lopes, para que a gente consiga viabilizar financeiramente e instituir esse centro integrado. Muito obrigado, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda no Pequeno Expediente, eu gostaria de cumprimentar o nosso secretário, o eterno deputado e colega Eduardo Rocha, secretário de estado da Casa Civil, que é o nosso interlocutor e colega de trabalho aqui na Assembleia que nos representa lá no Executivo. Obrigado pela presença. Com a palavra, o nobre deputado Pedro Pedrossian.

**DEPUTADO PEDROSSIAN NETO** (PSD) — Bom dia, senhor presidente, nobres colegas deputados, membros da imprensa e pessoas que vieram aqui nos acompanhar. Primeiro eu queria falar da minha satisfação de ocupar esta nobre Casa e de estar aqui iniciando os nossos trabalhos na data de hoje. Mas, infelizmente, a minha primeira fala vai se iniciar com uma moção de pesar. Eu creio que todos nós ficamos consternados e absolutamente abalados com o terremoto ocorrido na Síria e na Turquia, ocorrido na madrugada de ontem, que deixou aproximadamente cinco mil pessoas mortas. Nós sabemos que em Mato Grosso do Sul temos uma imigração significativa de turcos e de sírios, portanto eles são parte da nossa identidade e da nossa história. Sendo assim, esta Casa Legislativa deve manifestar sua solidariedade a esse povo que vive esse momento tão sofrido. Então indico à Mesa Diretora, após ouvido o soberano Plenário, que seja encaminhada moção de pesar pelas vítimas do terremoto ocorrido nesta madrugada. São essas as minhas considerações, presidente. Obrigado.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra, a deputada Mara Caseiro.

**DEPUTADA MARA CASEIRO** (PSDB) — Bom dia, senhor presidente. Em seu nome cumprimento toda a Mesa Diretora, todos os deputados, todos que estão aqui no Plenário e quem nos assiste pela TV Assembleia. Eu tenho dois projetos de lei e algumas indicações para apresentar, senhor presidente. No que diz respeito ao assunto trazido pelo deputado Rafael Tavares, o caso da menina Sophia, eu também trago alguns projetos pensando e tentando fazer a prevenção dessas tragédias, desses absurdos contra nossas crianças. O primeiro projeto dispõe sobre o pagamento de recompensa por informações que auxiliem os órgãos de segurança estaduais nas investigações criminais. “Institui formas de recompensa por informações prestadas aos



órgãos de segurança estaduais, que sejam úteis à prevenção, repressão e investigação de crimes. Parágrafo primeiro: A recompensa, a que se refere o caput desse artigo, poderá ser na forma de pecúnia, havendo reserva orçamentária para esse fim, pelo oferecimento de informações que sejam úteis para a prevenção, repressão ou apuração de crimes ou ilícitos administrativos. A forma de recompensa e o quantitativo serão definidos pelo Poder Executivo estadual. Para ter direito à recompensa, somente serão consideradas informações primordiais para o caso, não se considerando informações vagas e imprecisas. Caberá à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, por ato discricionário, dispor sobre o serviço de recepção das informações de que trata esta lei, garantindo ao colaborador o necessário sigilo. O informante poderá ser inserido no sistema de proteção às pessoas ameaçadas, testemunhas de crimes, vítimas de violência e depoentes especiais. As informações, a que se refere o caput, poderão ser fornecidas a serviço de recebimento de denúncia existente, ou a serviço a ser criado no âmbito da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública. A forma de recompensa prevista no caput deste artigo, bem como a condição a ser observada para efeito da respectiva concessão, com a especificação dos tipos de crime, alvo do pagamento de recompensa, serão regulamentados por ato do Poder Executivo, sendo expressamente vedada a referida especificação a exclusão de crimes contra mulheres, idosos, crianças e adolescentes”. Então, seria mais um instrumento para nós podermos, primeiramente, auxiliar nas investigações e também prevenir casos como esse da menina Sophia. Essa lei já está em vigor no estado de Mato Grosso. Trago também, senhor presidente, um projeto de lei que dispõe sobre mecanismos e instrumentos para detecção e combate à violência doméstica contra crianças e adolescentes. “Artigo 1º - Fica instituído o Programa Estadual de Combate à Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes. Artigo 2º- Configura violência doméstica familiar contra crianças e adolescentes qualquer ação ou omissão que lhes cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual, psicológico ou dano patrimonial, nos termos da Lei Federal nº14.344/2022”. Essa lei tem como objetivo capacitar professores, pedagogos, psicólogos, diretores de escolas e creches estaduais, agentes de saúde e conselheiros estaduais, para que identifiquem rapidamente crianças e adolescentes que estejam vivendo em situação de violência doméstica ou familiar, isso porque os profissionais convivem diária e periodicamente com a população sul-mato-grossense. Além disso, o projeto de lei contém a determinação expressa de que ao serem verificados quaisquer indícios de violência contra a criança ou adolescente, os órgãos competentes, as autoridades policiais e os conselheiros tutelares devem ser imediatamente notificados, para que se adotem as providências cabíveis. Por fim, o projeto autoriza o Poder Executivo a firmar parcerias com o Ministério Público Estadual e com o Tribunal de Justiça, com o objetivo de dar maior celeridade às investigações e punição aos denunciados. Trago também uma indicação para o governador Eduardo Riedel, com cópias à senhora secretária de estado de Assistência Social e Direitos Humanos, doutora Patrícia Elias Cozzolino de Oliveira, solicitando que sejam feitas reestruturações dos espaços físicos, ampliação de equipes, destinação de veículos e convênios entre estado e município para a capacitação de conselheiros e para as melhorias necessárias ao bom funcionamento dos Conselhos Tutelares do nosso estado. Isso nos leva a crer que os Conselhos Tutelares precisam estar mais qualificados e mais estruturados. Por isso eu trago essa indicação, para que o estado



pense em uma forma de parceria com os municípios, onde funcionam os Conselhos Tutelares, criando convênios e os estruturando melhor, para prevenir casos como o da Sophia, que aconteceu tristemente aqui na capital. Eu também tenho outra indicação ao governador Eduardo Riedel, com cópias ao secretário de estado de Turismo, Esporte, Cultura e Cidadania, Marcelo Ferreira Miranda, e ao diretor-presidente da Fundação de Desporto e Lazer de Mato Grosso do Sul (Fundesporte), Herculano Borges, solicitando que seja adequado de modo proporcional o valor dos incentivos financeiros concedidos pelo estado às equipes masculinas e femininas que disputam os campeonatos brasileiros. A presente indicação atende a um pedido formulado pelos representantes da sociedade sul-mato-grossense e da diretoria do futebol feminino do Operário Futebol Clube. A igualdade de direitos entre homens e mulheres em qualquer esfera da sociedade é uma das bases de sustentação de meu mandato parlamentar. Recentemente eu recebi a especial demanda das atletas de nosso estado, que me notificaram a necessidade de destinação de recursos para custear as despesas da equipe que representa o Estado de Mato Grosso do Sul na Série C do Campeonato Brasileiro de Futebol. Na última indicação, senhor presidente, requeiro à Mesa Diretora, em consonância com as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja feita a reserva do Plenário Deputado Julio Maia no dia 8 de março de 2023, às 9h, para realização de Sessão Solene semipresencial de entrega do Troféu Celina Jallad, conforme Resolução nº 03/2011, em comemoração ao Dia Internacional da Mulher. Para a realização desse evento, requeremos serviço de som, cobertura da TV Assembleia, segurança, cerimonial, serviços gerais, copa, serviços de multimídia e informática, convites e troféus. Este requerimento vai assinado por mim e pela deputada Lia Nogueira, representantes das mulheres neste Parlamento. Muito obrigado, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra, o nobre deputado Junior Mochi.

**DEPUTADO JUNIOR MOCHI** (MDB) — Senhor Presidente, senhores deputados, é uma satisfação retornar a esta Casa e poder usar do Pequeno Expediente para as nossas proposições. Inicialmente tenho quatro indicações: ao secretário de estado de Infraestrutura e Logística, senhor Hélio Peluffo Filho, e ao diretor-presidente da Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos, senhor Mauro Azambuja Rondon Flores, todas elas no sentido da realização do trabalho de Operação Tapa-Buraco nas rodovias pavimentadas MS-040, que liga Campo Grande à Santa Rita do Pardo, e na MS-436, que liga Camapuã a Figueirão. Também para o trabalho de recuperação da malha viária da MS-213, situada no município de Sonora e na MS-438, localizada no município de Camapuã, em direção a Água Clara. Também vou apresentar duas moções de pesar. A primeira, tal qual fez o ilustre deputado Coronel David, é pelo falecimento de José Laurentino dos Santos Filho, mais conhecido como "Tenente Laurentino", ex-comandante da Polícia Militar em Rio Verde de Mato Grosso, que morreu no dia 2 de fevereiro do ano de 2023. Também tenho outra moção de pesar, pelo falecimento do senhor Beat Rolf Stucki, um dos fundadores da cidade de Sonora, que faleceu no dia 3 de fevereiro. Por último, senhor presidente, eu quero fazer um requerimento à Mesa Diretora, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, para que seja encaminhado expediente deste Poder ao



ministro dos Transportes, senhor José Renan Vasconcelos Calheiros Filho, com cópia ao diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), senhor Rafael Vitali Rodrigues, para que informe qual a situação em que se encontra o processo de relicitação da concessão da BR-163. Vale aqui dizer que alguns dias atrás eu tive a oportunidade de ir a Cuiabá de carro, e posso dizer para o senhor que eu senti inveja do Estado de Mato Grosso, porque as duas obras entraram em concessão ao mesmo tempo, no mesmo ato, porque é a mesma BR-163 no trecho que vai de Cuiabá a Mundo Novo. Entretanto, essa concessão foi feita para duas empresas distintas. O trecho que estava sob a responsabilidade da empresa que fez o trecho da divisa de Sonora até Cuiabá está pronto, a rodovia está totalmente duplicada e todos os acessos às cidades são por viadutos. Parecia que eu estava andando nas estradas do estado de São Paulo. Mas quando você chega a Mato Grosso do Sul, dos oitocentos e quarenta quilômetros que seguem desde Sonora até Mundo Novo, passando por dezenove municípios, infelizmente, em comparação com Mato Grosso, está uma vergonha. Portanto, senhor presidente, eu quero desde já justificar que amanhã irei para Brasília pedir uma reunião com o ministro dos Transportes e com o presidente da ANTT. Vou pessoalmente convidá-los a virem discutir aqui nesta Casa, em uma audiência pública, a questão da relicitação. Há seis anos, quando eu era presidente desta Casa, nós fizemos uma reunião na sala da presidência, e já havia um processo de relicitação. E tem um detalhe: nesse processo de relicitação, a empresa que já estava, a concessionária, não poderia participar. Isso teve um dado interessante: ela não pode participar e, sabendo que vai sair, paralisou as obras. No trecho daqui até Sonora, há uma parte em São Gabriel do Oeste em que o asfalto está pronto na segunda via, falta apenas sinalizar, mas nunca foi liberado, portanto há um descaso. De Dourados a Mundo Novo não tem mais do que trinta quilômetros feitos de duplicação, mas tem quatro pedágios. Então, na verdade, a empresa concessionária tinha que cumprir 10% daquilo que estava obrigada a fazer, em função da concessão, para poder pedagiar. Sendo assim, ela cumpriu os 10% e colocou pedágio. Infelizmente, essa é a realidade em Mato Grosso do Sul. Eu não quero aqui avançar e dizer coisas que ainda não conheço com profundidade, mas no período que aqui eu estava, nós fizemos outra audiência pública logo no início, e com prazo. Veio então aqui o diretor da empresa e disse quais eram os prazos, e que iriam cumprir, pois eram a maior empresa de concessão de rodovias da América Latina. Mas em Mato Grosso do Sul, infelizmente, essa concessão está numa situação desastrosa. Sendo assim, já que o Estado está discutindo um programa de concessão da BR-262 e da BR-267, entendemos que a BR-163, grande artéria e a mais importante das rodovias do estado, com oitocentos e quarenta quilômetros de extensão dentro de Mato Grosso do Sul, indo de norte a sul do nosso estado, deve ter um tratamento diferenciado, e que urgentemente deve ser tomada uma decisão para retomada e conclusão das obras. É isso, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra, o deputado Amarildo Cruz.

**DEPUTADO AMARILDO CRUZ** (PT) — Senhor presidente, colegas deputados, deputadas e todos que acompanham a nossa Sessão, é uma alegria retornar com os trabalhos e ver a preocupação dos deputados nesta nova legislatura,



haja vista a apresentação e a qualidade dos projetos que estão sendo apresentados. Quando a democracia está garantida, todos ficamos inspirados a exercê-la da melhor maneira possível; e isso é muito gratificante. Senhor presidente, primeiramente eu quero, em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores, apresentar duas moções de pesar. Uma delas vai para os familiares e amigos do nosso companheiro militante do Partido dos Trabalhadores de Guia Lopes da Laguna, José Antônio; a outra vai para familiares e amigos de um militante, também companheiro histórico do nosso partido aqui em Campo Grande, o Silvío Edson Tutya. Foi também uma perda irreparável para todos nós. Então, em nome da nossa bancada estamos apresentando essas moções de pesar. E quero apresentar também, senhor presidente, um projeto de lei que dispõe sobre a obrigatoriedade de bares, restaurantes, casas noturnas e de eventos a adotarem medidas de auxílio à mulher que se sinta em situação de risco. Senhor presidente, no ano passado apresentei um projeto similar a esse, aliás, vou fazer um registro aqui de que no ano de 2020 ou 2021 o deputado Cabo Almi apresentou esse projeto, mas ele foi vetado pelo Executivo, sob o argumento de que estava legislando para empresas privadas, porque o projeto dispõe sobre a obrigatoriedade de bares, restaurantes, casas noturnas e de eventos a adotarem medidas de auxílio à mulher que se sinta em situação de risco. Só que nós temos outros estados que já apresentaram projetos nesse sentido que foram aprovados pela Assembleia Legislativa, sancionados pelo governador, têm eficácia e estão em vigência nesses estados. Então, acredito que todas as medidas que forem apresentadas no sentido de proteger, amparar e fazer com que a violência contra as mulheres seja reprimida de uma forma implacável a fim de diminuí-la, merecem todas as atenções e são bem-vindas, a exemplo do projeto que a deputada Mara Caseiro acabou de apresentar, um belo projeto nesse mesmo sentido. Todas as iniciativas são bem-vindas, deputado. Esse projeto, que vem nesse sentido, diz: Artigo 1º - Ficam aos bares, restaurantes, casas noturnas e de eventos a incumbência de adotar medidas para auxiliar as mulheres que se sintam em situação de risco, nas dependências dos referidos estabelecimentos, no âmbito do estado de Mato Grosso do Sul. Artigo 2º - O auxílio à mulher será prestado pelo estabelecimento mediante a oferta de um acompanhante até o carro, outro meio de transporte ou comunicação à polícia. Parágrafo 1º - Serão utilizados cartazes ou outro meio de divulgação fixados nos banheiros femininos ou em qualquer ambiente do estabelecimento, informando a disponibilidade para o auxílio à mulher que se sinta em situação de risco. Parágrafo 2º - Outros mecanismos que viabilizem a efetiva comunicação entre a mulher e o estabelecimento podem ser utilizados. Artigo 3º - Os estabelecimentos previstos nesta lei deverão treinar e capacitar todos os seus funcionários visando ao cumprimento desta lei. Artigo 4º - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação. Acho que é uma contribuição importante para que a gente possa reforçar essa nossa luta para reprimir qualquer tipo de violência sofrida pelas mulheres. Por último, senhor presidente, eu quero apresentar uma indicação. Requeiro à Mesa Diretora, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador Eduardo Riedel com cópia ao secretário Jaime Elias Verruck, solicitando reunião urgente para tratar dos seguintes assuntos: 1. Decreto da pesca no estado; 2. Formação do Conpesca; 3. Comercialização de isca no estado; 4. Liberação de pesca nas áreas: Passo do Lontra até Arrozal e Barra do Miranda até a região do Garrafa. Senhor presidente, se faz necessária a discussão dessa questão, primeiro porque foi

tratado com todas as colônias de pescadores e com o governo anterior de Reinaldo Azambuja, depois com o pré-candidato Eduardo Riedel. E nós precisamos levar adiante essas demandas apresentadas por esse setor. O estado está discutindo a elaboração de um novo decreto para regulamentar a pesca, alterando os tamanhos mínimo e máximo dos peixes que poderão ser capturados nos rios do estado. Os pescadores querem estar presentes a essa discussão, por isso se faz necessária essa reunião. Segundo, é preciso reativar o Conpesca, que foi desativado. É preciso dar garantia aos pescadores de participar da elaboração ou mudança de qualquer coisa que regule o exercício da pesca aqui no estado. Além disso, é preciso definir a questão da comercialização de isca e a liberação da pesca em alguns trechos, principalmente na região do Pantanal, que também foi imposta por decreto. Fica aqui essa solicitação. Nós aguardamos uma manifestação urgente do estado com relação a essa questão, em função da necessidade de se discutir esse assunto mais profundamente. Por último, quero fazer um registro manifestando total apoio ao projeto apresentado pelo deputado Pedro Kemp, com relação à questão do uso do canabidiol. Passou da hora de nós discutirmos essa questão com responsabilidade. A Ciência, por meio da Medicina está mostrando concretamente os benefícios que esse medicamento traz no tratamento de tantas doenças. Além daquelas aqui elencadas pelos deputados Pedro Kemp e Paulo Corrêa, estão iniciando tratamento no combate ao mal de Alzheimer e com relação às pessoas que têm síndromes, convulsões e uma série de outras doenças. A população do estado precisa ter acesso e oportunidade de fazer esse tratamento. Eu acho que podemos encaminhar isso da melhor maneira possível, com ampla discussão, audiência pública, trazendo aqui os médicos, cientistas e as pessoas que hoje têm na família quem utiliza o medicamento. É preciso ouvir os depoimentos. Eu conheço pessoas que estão fazendo o tratamento, e seus familiares são extremamente gratos. Então eu quero parabenizar o deputado Pedro Kemp e adiantar o meu total apoio a esse projeto. É só isso, senhor presidente. Muito obrigado.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Esta Presidência lembra aos nobres deputados de que o Pequeno Expediente é para que todos possam apresentar suas proposições, indicações, projetos de lei e comentários, e pede que se atentem ao objeto do Pequeno Expediente, porque todos os deputados precisam ter tempo para a sua manifestação; e ainda teremos o Grande Expediente. Com a palavra, o deputado Roberto Hashioka.

**DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA** (União Brasil) — Bom dia, senhor presidente. Em seu nome quero saudar toda a Mesa Diretora, cumprimentar também o doutor Fábio Camilo, assessor jurídico, as caras deputadas e os caros colegas deputados. De certa forma, o que vou apresentar tem alguma redundância. Eu cheguei a Mato Grosso do Sul em 1981, na região de Nova Andradina. E a vizinha Batayporã sofre ano a ano com o problema do transbordamento da Lagoa do Sapo, famosa lagoa que provoca inúmeros prejuízos e incomoda de fato a sociedade. Além disso, existe até a possibilidade de transmissão de doenças, por conta daquela água que se acumula no local, principalmente nos períodos de grandes chuvas. Então, quero indicar à Mesa Diretora, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor governador do estado de Mato Grosso do Sul, Eduardo Correa Riedel, bem como ao secretário de estado de



Infraestrutura, senhor Hélio Pellufo Filho, solicitando a construção da efetiva drenagem da Lagoa do Sapo, no município de Batayporã. Era isso, senhor presidente. Muito obrigado.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, no Pequeno Expediente, a deputada Lia Nogueira.

**DEPUTADA LIA NOGUEIRA** (PSDB) — Bom dia, presidente, integrantes da Mesa Diretora, colegas parlamentares e público que nos acompanha pela TV Assembleia. Antes de tudo eu quero falar da minha honra de ter o direito de falar pela primeira vez na Assembleia Legislativa. No próximo espaço na tribuna nós vamos expor um pouco do que será o mandato da ex-vereadora e jornalista Lia Nogueira. Mas nesse primeiro Pequeno Expediente, quero falar do primeiro projeto de lei de minha autoria que foi protocolado na Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul, e que trata da criação de um protocolo para que nós possamos proteger ainda mais as mulheres de Mato Grosso do Sul. Com muito orgulho protocolei esse projeto na semana passada, e reafirmo o meu compromisso com todas as mulheres do meu estado. Eu preciso pontuar também sobre a questão envolvendo a violência contra nós, mulheres do Estado de Mato Grosso do Sul. Por mais que avancem as políticas públicas e ações de enfrentamento, nós ainda estamos muito aquém daquilo que seria tolerável. Eu trago a esta Casa de Leis os dados da violência contra a mulher divulgados pela Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Mato Grosso do Sul. As estatísticas mostram que os casos de estupro e violência doméstica cresceram, principalmente no ano de 2022. Dourados, a minha cidade, aparece nas estatísticas com oitocentos e dezoitos casos de violência doméstica registrados de 1º de janeiro até julho de 2022. Nobre colega deputado João Cesar Mattogrosso, são números que chamam a atenção, e nós não podemos ficar inertes a eles. No ano de 2021, as ocorrências foram mil trezentas e setenta e uma, segundo o levantamento da Sejusp. Nesse mesmo período, foram setecentos e sessenta e quatro registros, o que significa um aumento de 7,06% em 2022, em comparação com o ano anterior. Agimos em defesa da mulher, contra uma sociedade machista que ainda perdura em Mato Grosso do Sul, contra uma sociedade patriarcal, que insiste em nos calar e que não nos respeita. O nosso lugar é onde a gente quer, e o nosso corpo é de foro íntimo, o que não dá direito de homem nenhum se aproximar, de abusar e de fazer uma “cantada”, como popularmente dizem. Esse protocolo teve sua ideia inicial na Espanha, e ele ganhou força no nosso mandato depois daquele caso revoltante envolvendo o jogador Daniel Alves. A partir daí é que nós apresentamos essa proposta que cria um protocolo com várias etapas a serem seguidas; entre elas, preservar a vítima e também alguns dos princípios orientadores a respeito das decisões da pessoa agredida. Ela deve receber as informações e conselhos corretos e deve tomar a decisão final, mesmo que pareça incompreensível para os demais. São vários os passos a serem seguidos, e a ideia é fazer com que bares, lanchonetes, restaurantes e casas noturnas possam abraçar esse protocolo: Não se cale! Para que a partir desse protocolo as mulheres fiquem mais seguras e confortáveis ao frequentarem uma casa noturna, presidente, com a certeza de que elas não serão abordadas por algum homem que tente abusar delas ou violentá-las. Não é porque elas estão em um ambiente de lazer que devem ficar expostas a situações constrangedoras. Por fim,



citando a prefeita de Barcelona, Ada Colau, que após a prisão do jogador Daniel Alves declarou: "quando sofremos uma agressão, nossa cidade não deve nos julgar, mas nos acompanhar e defender". Encaminho então o Projeto Não se Cale para apreciação deste Plenário, e rogo aos nobres pares votarem pela aprovação dessa importante lei. É o que eu tenho neste Pequeno Expediente, senhor presidente. Agradeço. Depois eu farei uso da tribuna. Muito obrigada.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Renato Câmara.

**DEPUTADO RENATO CÂMARA** (MDB) — Senhor presidente e nobres colegas deputados, eu tenho algumas indicações. A primeira delas é em relação à ciclovia que dá acesso ao Instituto Federal de Aquidauana, necessária para dar condições, principalmente aos jovens que utilizam o Instituto Federal, de se locomoverem muito melhor com uma energia limpa, que é a bicicleta, meio de transporte que traz muitos benefícios e que contribui para a nossa sociedade. Então eu faço esse encaminhamento para o senhor Euro Nunes Varanis Junior, superintendente regional do Dnit, para que ele possa colocar essa indicação dentro da programação do Dnit que está sendo discutida com o governo do estado, para que haja investimentos para o município de Jardim. Tenho também uma moção ao novo presidente da Câmara Municipal de Santa Rita do Pardo, vereador Cleudenir Ferreira de Freitas, conhecido como Ni. É um companheiro de longa data, portanto eu o congratulo. Outra indicação, senhor presidente, é para que o secretário, o senhor Hélio Pelluffo, coloque na programação da Agesul a limpeza e conservação das faixas de domínio da rodovia MS-450, no trecho que liga o distrito de Palmeiras ao município de Aquidauana. Eram essas as minhas indicações, senhor presidente. Muito obrigado.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o último inscrito, deputado Professor Rinaldo.

**DEPUTADO PROFESSOR RINALDO** (Podemos) — Senhor presidente, cumprimentando Vossa Excelência, os demais colegas e todos que prestigiam esta Sessão, aproveito para encaminhar uma moção de aplauso ao senhor Antônio José dos Santos Neto, ex-presidente da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Campo Grande (Apae), pela reforma da oficina ortopédica e da ampliação do prédio do centro médico e de reabilitação. É oportuno registrar, senhor presidente, que há mais de cinquenta anos a associação atua na proteção e defesa dos direitos das pessoas com deficiência, prevenção, orientação e prestação de serviços diversos, além de apoio tanto para os beneficiários quanto para suas famílias, buscando melhoria integral na qualidade de vida de seus pacientes. Ontem, senhor presidente, juntamente ao governador Eduardo Riedel, tivemos a oportunidade de fazer a entrega desse prédio que vai ajudar muito a atender crianças, homens e mulheres que realmente dependem desse tipo de atendimento aqui na capital. É só isso, senhor presidente. Muito obrigado.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrado o **Pequeno Expediente**. Proposições lidas e sobre a mesa (\*Duas moções de pesar e um projeto



de lei, de autoria do deputado Amarildo Cruz. Requeiro à Mesa Diretora, na forma regimental, após ouvido o colendo Plenário, que seja enviada moção de pesar pelo falecimento de Silvio Edson Tutya (Prot. nº 00081/2023). Requeiro à Mesa Diretora, após ouvido o soberano Plenário, que seja encaminhada moção de pesar pelo falecimento do artista plástico Ilacir Galvão dos Santos "Galvão Preto", sendo sua despedida realizada no dia 31 de janeiro de 2023 (Prot. nº 00058/2023). Projeto de lei que dispõe sobre a obrigatoriedade de bares, restaurantes, casas noturnas e de eventos a adotarem medidas de auxílio à mulher que se sintam em situação de risco (Prot. nº 00063/2023). Uma moção de pesar, oito indicações e seis moções de congratulação, de autoria do deputado Coronel David. Requeiro à Mesa Diretora, ouvido o colendo Plenário, que seja enviada moção de pesar aos familiares do policial militar terceiro-sargento José Benitez, falecido no dia 4 de fevereiro de 2023 (Prot. nº 00066/2023). Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao secretário de estado de Justiça e Segurança Pública, senhor Antônio Carlos Videira, e ao comandante-geral da Polícia Militar de Mato Grosso do Sul, senhor Renato dos Anjos Garnes, solicitando que seja efetuado, em caráter de urgência, policiamento e rondas ostensivas no bairro Mata do Jacinto, na avenida Alberto Araújo Arruda, na avenida Olímpio Klafic, na rua Jamil Basmage, na rua Comercial, na rua do Carandiru, na rua Hugo Pereira do Vale e na rua em frente à escola estadual José Maria, nesta capital (Prot. nº 00065/2023). Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado de Mato Grosso do Sul, senhor Eduardo Riedel, ao secretário de estado de Justiça e Segurança Pública, senhor Antônio Carlos Videira, ao comandante-geral da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso do Sul, coronel QOPM Renato dos Anjos Garnes, solicitando o aumento do efetivo em 50% para o pelotão de Ribas do Rio Pardo (Prot. nº 00036/2023). Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à prefeita do município de Campo Grande, senhora Adriane Barbosa Nogueira Lopes, com cópia ao senhor Rudi Fiorese, secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, solicitando implantação de asfalto, no bairro Mata do Segredo, no meio dos condomínios Villas de Castilla III e Villas de Castilla II, nesta capital (Prot. nº 00031/2023). Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à prefeita do município de Campo Grande, senhora Adriane Barbosa Nogueira Lopes, com cópia ao senhor Rudi Fiorese, secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, e ao diretor-presidente do grupo Energisa, senhor Marcelo Vinhaes Monteiro, solicitando que seja efetuado o serviço de troca de lâmpadas no bairro Jardim Tarumã, na rua Florão, nº 893 (Prot. nº 00030/2023). Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao secretário de estado de Justiça e Segurança Pública, senhor Antônio Carlos Videira, e ao comandante-geral da Polícia Militar de Mato Grosso do Sul, senhor Marcos Paulo Gimenez, solicitando que seja efetuada em caráter de urgência policiamento e rondas ostensivas no bairro Mata do Jacinto (Prot. nº 00029/2023). Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao secretário de estado de Justiça e Segurança Pública, senhor Antônio Carlos Videira, e ao comandante-geral da Polícia Militar de Mato Grosso do Sul, senhor Marcos Paulo Gimenez, solicitando que seja efetuada, em caráter de urgência, policiamento e rondas ostensivas no bairro Jardim



Tarumã (Prot. nº 00028/2023). Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à prefeita do município de Campo Grande, senhora Adriane Barbosa Nogueira Lopes, com cópias ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, senhor Rudi Fiorese, e ao diretor-presidente da Agência Municipal de Transporte e Trânsito (Agetran), senhor Janine de Lima Bruno, solicitando instalação e pintura de um quebra-molas na rua Xavantes, em frente ao nº 861, no bairro Jardim Tijuca (Prot. nº 00027/2023). Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à prefeita do município de Campo Grande, senhora Adriane Barbosa Nogueira Lopes, com cópias ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, senhor Rudi Fiorese, e ao diretor-presidente da Agência Municipal de Transporte e Trânsito (Agetran), senhor Janine de Lima Bruno, solicitando instalação e pintura de um quebra-molas na rua Brilhante, em frente ao nº 3668, no bairro Vila Bandeirantes (Prot. nº 00026/2023). Requeiro à Mesa Diretora, ouvido o colendo Plenário, que seja enviada moção de congratulação aos policiais militares primeiro-sargento Magno Bacao Junior e cabo Rafael Gonzaga M. de Almeida, pelo reconhecimento ao auxiliar no salvamento de uma vítima que teve um mal súbito durante uma viagem na MS-164, KM105 (Prot. nº 00024/2023). Requeiro à Mesa Diretora, ouvido o colendo Plenário, que seja enviada moção de congratulação aos policiais militares segundo-tenente Luiz Carlos Pereira Vieira, segundo-sargento Edson Santo Alves de Oliveira e cabo Uadiston Alexandre de Oliveira, pelo reconhecimento ao realizar o atendimento de uma ocorrência de trânsito e se depararem com um veículo transportando drogas, realizando assim a apreensão na cidade de Aparecida do Taboado (Prot. nº 00064/2023). Requeiro à Mesa Diretora, com fulcro no artigo 173, XVI do Regimento Interno, após ouvido o duto Plenário, que seja enviada moção de congratulação às senhoras Janaina Galeano Silva, presidente da Comissão de Assuntos Tributários (Catri-OAB/MS); Christiane Gonçalves da Paz, vice-presidente da Comissão de Assuntos Tributários (Catri-OAB/MS); e aos Excelentíssimos Senhores Sebastião Rolon Neto e Lucas Bastos Sanches, membros da Comissão de Assuntos Tributários (Catri-OAB/MS), pelos relevantes serviços prestados à classe, em especial na atuação no mandado de segurança que afastou a incidência de ISS sobre honorários de sucumbência (Prot. nº 00032/2023). Requeiro à Mesa Diretora, ouvido o colendo Plenário, que seja enviada moção de congratulação aos policiais militares soldado Fernando Augusto Lopes Adolfo, cabo Thiego Rodrigues Vianna e Cabo Magdiel Altini, pelo reconhecimento ao apreenderem mais de trinta mil reais em entorpecentes no município de Ribas do Rio Pardo (Prot. nº 00033/2023). Requeiro à Mesa Diretora, ouvido o colendo Plenário, que seja enviada moção de congratulação aos policiais militares soldado Mayara Silva de Souza e cabo Thiego Rodrigues Vianna, pelo reconhecimento ao ajudarem uma mulher que estava em trabalho de parto, levando-a até ao hospital, de forma rápida, para obter a ajuda necessária (Prot. nº 00034/2023). Requeiro à Mesa Diretora, ouvido o colendo Plenário, que seja enviada moção de congratulação aos policiais militares sargento Ítalo Fontes Neto, sargento Luiz Renato Barbosa de Oliveira e cabo André Felipe dos Santos, pelo reconhecimento ao salvarem uma pessoa de um incêndio, no município de Miranda (Prot. nº 00035/2023). Uma indicação, de autoria de deputado Gerson Claro. Indico à Mesa Diretora, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao senhor Eduardo Correa Riedel, governador do



Estado de Mato Grosso do Sul, com cópia ao senhor Hélio Peluffo Filho, secretário de estado de Infraestrutura e Logística de Mato Grosso do Sul, solicitando a recuperação da pavimentação asfáltica da rodovia MS-339, no trecho que compreende a colônia Maciel até o trevo do município de Bodoquena (Prot. nº 00059/2023). Uma indicação, de autoria do deputado Jamilson Name. Indico à Mesa, ouvido o colendo Plenário e nos termos regimentais, que seja encaminhado expediente ao senhor Eduardo Riedel, governador do estado, com cópia à senhora Ana Carolina Araujo Nardes, secretária de estado de Administração e Desburocratização, solicitando, em caráter prioritário, estudos de viabilidade para a abertura de novo processo seletivo de Curso de Formação de Sargentos Bombeiro Militar no planejamento anual de 2023 (Prot. nº 00023/2023). Três indicações, de autoria do deputado João Henrique. Dispõe sobre a proibição da cumulatividade do corte de energia ou água e da realização de protesto em cartório pelas empresas fornecedoras de energia elétrica e água contra consumidores com faturas em atraso no âmbito do estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências (Prot. nº 00040/2023). Requeiro à Mesa Diretora, nos termos do artigo 173, XX, do Regimento Interno desta Casa de Leis, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente desta Casa ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu), com cópias autônomas ao Corpo de Bombeiros Militar e à Concessionária de Rodovia Sul-Mato-Grossense (CCR MSVia), solicitando, no prazo de quinze dias, a contar da data de leitura em Plenário, as seguintes informações anexas (Prot. nº 00049/2023). Requeiro a Mesa Diretora, nos termos do artigo 173, XX, do Regimento Interno desta Casa de Leis, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente desta Casa ao Hospital Regional de Mato Grosso do Sul e à Santa Casa de Campo Grande, solicitando, no prazo de quinze dias, a contar da data de leitura em Plenário, as seguintes informações anexas (Prot. nº 00048/2023). Dezesesseis indicações, de autoria do deputado Lucas de Lima. Indico à Mesa Diretora, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja enviado expediente deste Poder à senhora Adriane Barbosa Nogueira Lopes, prefeita de Campo Grande, com cópia ao secretário municipal de Infraestrutura Domingos Sahib Neto. Solicitando aos mesmos que providenciem a realização da Operação Tapa-Buraco na avenida Nelly Martins, esquina com rua Naviraí (Prot. nº 00054/2023). Indico à Mesa Diretora, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, seja enviado expediente deste Poder a senhora Adriane Barbosa Nogueira Lopes, prefeita de Campo Grande, com cópia ao secretário municipal de Infraestrutura, Domingos Sahib Neto, solicitando que providenciem Operação Tapa-Buraco em toda a extensão da rua do Marco, 79.051-191, Vilas Boas (Prot. nº 00053/2023). Indico à Mesa Diretora, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja enviado expediente deste Poder a senhora Adriane Barbosa Nogueira Lopes, prefeita de Campo Grande, com cópia ao secretário municipal de Infraestrutura, Domingos Sahib Neto. Solicitando ao mesmo que providenciem Operação Tapa-Buraco na rua Dona Otília Barcelos esquina com avenida Bandeirantes (Prot. nº 00052/2023). Indico à Mesa Diretora, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja enviado expediente deste Poder a senhora Adriane Barbosa Nogueira Lopes, prefeita de Campo Grande, com cópia ao secretário municipal de Infraestrutura, Domingos Sahib Neto, solicitando que providenciem Operação Tapa-Buraco na rua Aquário, próximo ao nº 261, no bairro Jardim Nhá Nhá (Prot. nº 00051/2023). Indico à Mesa Diretora, observadas as

disposições regimentais, ouvido o colendo Plenário, que seja enviado expediente deste Poder à senhora Adriane Barbosa Nogueira Lopes, prefeita de Campo Grande, com cópia ao secretário municipal de Infraestrutura, Domingos Sahib Neto, solicitando que providenciem patrolamento e encascalhamento na avenida das Mansões, nº 537, esquina com a rua Maria Carlota Giordano (Prot. nº 00050/2023). Indico à Mesa Diretora, na forma regimental do disposto artigo 176 do Regimento Interno, depois de ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo à senhora Adriane Barbosa Nogueira Lopes, prefeita de Campo Grande, com cópia ao senhor Janine de Lima Bruno, diretor-presidente da Agência Municipal de Transporte e Trânsito (Agetran), solicitando que seja realizada reforma e manutenção com urgência de semáforo no cruzamento entre as ruas Clevelândia e Ezequiel Ferreira Lima, bairro Aero Rancho (Prot. nº 00021/2023). Indico à Mesa Diretora, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à senhora Adriane Barbosa Nogueira Lopes, prefeita de Campo Grande, com cópia ao diretor-presidente da Agência Municipal de Transporte e Trânsito (Agetran), Janine de Lima Bruno, solicitando reparo e manutenção de semáforo no cruzamento das ruas José Paes de Farias e Brigadeiro Tobias, no Jardim Jacy (Prot. nº 00020/2023). Indico à Mesa Diretora, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja enviado expediente deste Poder à senhora Adriane Barbosa Nogueira Lopes, prefeita de Campo Grande, com cópia ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, Rudi Fiorese, solicitando que providenciem Operação Tapa-Buraco na rua Dona Otília Barcelos, esquina com a avenida Bandeirantes, no jardim Jacy (Prot. nº 00011/2023). Indico à Mesa Diretora, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja enviado expediente deste Poder à senhora Adriane Barbosa Nogueira Lopes, prefeita de Campo Grande, com cópia ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, Rudi Fiorese, solicitando que providenciem patrolamento e encascalhamento nas ruas Altinópolis e Botumirim, ambas no bairro São Conrado (Prot. nº 00007/2023). Indico à Mesa Diretora, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja enviado expediente deste Poder à senhora Adriane Barbosa Nogueira Lopes, prefeita de Campo Grande, com cópia ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos Rudi Fiorese, solicitando que providenciem Operação Tapa-Buraco na rua Antônio Bitencourt Filho, esquina com a rua Sol Nascente, no jardim Nha Nhá (Prot. nº 00006/2023). Indico à Mesa Diretora, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja enviado expediente deste Poder à senhora Adriane Barbosa Nogueira Lopes, prefeita de Campo Grande, com cópia ao secretário municipal de Infraestrutura, Rudi Fiorese, solicitando que providenciem Operação Tapa-Buraco na rua Antônio Bitencourt Filho, próximo ao nº 225, no jardim Nha Nhá (Prot. nº 00005/2023). Indico à Mesa Diretora, observadas as disposições regimentais, ouvido o colendo Plenário, que seja enviado expediente deste Poder à senhora Adriane Barbosa Nogueira Lopes, prefeita de Campo Grande, com cópia ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, Rudi Fiorese, solicitando que providenciem Operação Tapa-Buraco na rua Santa Helena, esquina com a avenida Bandeirantes, em Campo grande (Prot. nº 00004/2023). Indico à Mesa, na forma regimental, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo à senhora Adriane Barbosa Nogueira Lopes, prefeita de Campo Grande, com cópia ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços



Públicos, Rudi Fiorese, solicitando que seja realizada a troca e a manutenção das lâmpadas de energia elétrica na avenida Presidente Ernesto Geisel, desde a rua Tônico de Carvalho, até em frente ao Shopping Norte Sul, em Campo Grande (Prot. nº 00003/2023). Indico à Mesa, na forma regimental, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo à senhora Adriane Barbosa Nogueira Lopes, prefeita de Campo Grande, com cópia ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, Rudi Fiorese, solicitando que seja realizada a troca e a manutenção das lâmpadas de energia elétrica na avenida Mato Grosso, em frente ao Hospital Unimed, até a rotatória do cruzamento da Rua Nelly Martins, em Campo Grande (Prot. nº 00002/2023). Indico à Mesa Diretora, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja enviado expediente deste Poder à senhora Adriane Barbosa Nogueira Lopes, prefeita de Campo Grande, com cópia ao secretário municipal de Infraestrutura, Domingos Sahib Neto, solicitando que providenciem Operação Tapa-Buraco na rua Ipamerim, entre a rua Barreira e a rua Alto da Serra, bairro Moreninha II (Prot. nº 00084/2023). Indico à Mesa Diretora, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja enviado expediente deste Poder à senhora Adriane Barbosa Nogueira Lopes, prefeita de Campo Grande, com cópia ao secretário municipal de Infraestrutura, Domingos Sahib Neto, solicitando que providenciem Operação Tapa-Buraco na rua Rachel de Queiroz, em toda sua extensão, no bairro Aero Rancho (Prot. nº 00085/2023). Oito indicações, quatro projetos de lei e um requerimento, de autoria da deputada Mara Caseiro. Indico à Mesa, em consonância com as disposições regimentais do artigo 160, VI, e do artigo 176, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor governador, Eduardo Riedel, com cópias ao secretário de estado de Infraestrutura, senhor Renato Marcílio da Silva, ao secretário de estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar, senhor Jaime Elias Verruck, e ao diretor-presidente da Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural (Agraer), senhor André Nogueira Borges, solicitando a disponibilização de duas patrulhas agrícolas mecanizadas, compostas por ensiladeira, plantadeira de mandioca, plantadeira de milho e uma melosa comboio para o município de Figueirão (Prot. nº 00012/2023). Indico à Mesa, em consonância com as disposições regimentais do artigo 160, VI, e do artigo 176, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor governador, Eduardo Riedel, com cópias ao secretário de estado de Infraestrutura, senhor Renato Marcílio da Silva, ao secretário de estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar, senhor Jaime Elias Verruck e ao diretor-presidente da Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural (Agraer), senhor André Nogueira Borges, solicitando a disponibilização de uma patrulha agrícola mecanizada para atender os pequenos produtores rurais do município de Costa Rica (Prot. nº 00013/2023). Indico à Mesa, em consonância com as disposições regimentais do artigo 160, VI, e do artigo 176, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor governador, Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de estado de Justiça e Segurança Pública, senhor Antônio Carlos Videira, e ao comandante-geral da Polícia Militar do estado de Mato Grosso do Sul, coronel Marcos Paulo Gimenez, solicitando a disponibilização de viaturas para atender a Polícia Militar do município de Costa Rica (Prot. nº 00014/2023). Indico à Mesa, em consonância com as disposições regimentais do artigo 160, VI, e do artigo 176, após ouvido o colendo Plenário, que seja



encaminhado expediente deste Poder ao senhor governador, Reinaldo Azambuja, com cópia ao secretário de estado de Infraestrutura e diretor-presidente da Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos (Agesul), Renato Marcílio da Silva, solicitando a implantação de redutores de velocidade e sinalização horizontal e vertical na MS-223, especialmente, no trecho compreendido entre os KMs 204 a 210 no município de Costa Rica (Prot. nº 00015/2023). Indico à Mesa, em consonância com as disposições regimentais do artigo 160, VI, e do artigo 176, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor governador, Reinaldo Azambuja, com cópia ao secretário de estado de Infraestrutura, senhor Renato Marcílio da Silva, e ao secretário de estado de Saúde, senhor Flávio da Costa Britto Neto, solicitando construção de Policlínica para atendimento de diversas especialidades médicas no município de Costa Rica (Prot. nº 00018/2023). Indico à Mesa, em consonância com as disposições regimentais do artigo 160, VI, e do artigo 176, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor governador, Eduardo Correa Riedel, com cópias autônomas ao secretário de estado de Infraestrutura, senhor Hélio Peluffo Filho, e ao secretário de estado de Justiça e Segurança Pública, senhor Antônio Carlos Videira, reiterando o pedido para que seja viabilizada a implantação de uma Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (Deam) e Sala Lilás para atendimento exclusivo à mulher vítima de violência doméstica e familiar no município de Aparecida do Taboado (Prot. nº 00025/2023). Indico à Mesa, em consonância com as disposições regimentais do artigo 160, VI, e do artigo 176, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor governador, Eduardo Correa Riedel, com cópias autônomas ao secretário de estado de Turismo, Esporte, Cultura e Cidadania, Marcelo Ferreira Miranda, e ao diretor-presidente da Fundação de Desporto e Lazer de Mato Grosso do Sul, Herculano Borges, solicitando que seja adequado, de modo proporcional, o valor dos incentivos financeiros concedidos pelo estado às equipes masculinas e femininas que disputam campeonatos brasileiros (Prot. nº 00061/2023). Indico à Mesa, em consonância com as disposições regimentais do artigo 160, VI, e do artigo 176, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor governador, Eduardo Correa Riedel, com cópias autônomas à secretária de estado de Assistência Social dos Direitos Humanos, Patrícia Elias Cozzolino de Oliveira, solicitando que sejam feitas reestruturações dos espaços físicos, ampliação de equipes, destinação de veículos, convênios entre estado e municípios para capacitação de conselheiros e todas as melhorias necessárias ao bom funcionamento dos conselhos tutelares (Prot. nº 00062/2023). Projeto de lei que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Beneficente Beneficente Lar Cristo Redentor, no município de Coronel Sapucaia (Prot. nº 00022/2023). Projeto de lei que dispõe sobre o pagamento de recompensa por informações que auxiliem os órgãos de segurança estaduais nas investigações criminais (Prot. nº 00038/2023). Dispõe sobre mecanismos e instrumentos para detecção e combate a violência doméstica contra crianças e adolescentes (Prot. nº 00041/2023). Dispõe sobre o pagamento de recompensa por informações que auxiliem os órgãos de segurança estaduais nas investigações criminais (Prot. nº 00060/2023). Requeiro à Mesa, em consonância com as disposições regimentais do artigo 173, XIX, após ouvido o colendo Plenário, que seja feita a reserva do Plenário Deputado Júlio Maia no dia 8 de março de 2023, às 9:00h para realização de Sessão Solene semi-presencial de entrega do “Troféu Celina



Jallad – Resolução nº 03/2011” em comemoração ao Dia Internacional da Mulher (Prot. nº 00043/2023). Três indicações e um projeto de lei, de autoria do deputado Marcio Fernandes. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais desta Casa, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente à prefeita de Campo Grande, senhora Adriane Lopes, solicitando estudo de viabilidade para a implantação de esgoto no Bairro Lageado em Campo Grande (Prot. nº 00045/2023). Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais desta Casa, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente à prefeita de Campo Grande, senhora Adriane Lopes, solicitando patrulhamento e encascalhamento na rua Frei Caneca, no bairro Jardim Noroeste em Campo Grande (Prot. nº 00046/2023). Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais desta Casa, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente à prefeita de Campo Grande, senhora Adriane Lopes, solicitando estudos de viabilidade para asfaltamento da rua Pastor Virgílio Faria, no bairro Coophavila II, em Campo Grande (Prot. nº 00044/2023). Projeto de lei que dispõe sobre o direito das pacientes a terem acompanhante nas consultas e exames nos estabelecimentos públicos e privados de saúde no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul (Prot. nº 00044/2023). Duas indicações e uma moção de congratulação, de autoria do deputado Neno Razuk. Indico à Mesa Diretora, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao senhor Eduardo Correa Riedel, governador do Estado de Mato Grosso do Sul, com cópia ao secretário de estado de Saúde, doutor Maurício Simões Corrêa, solicitando a destinação de dez camas mecânicas, dez televisores de trinta e duas polegadas e dez aparelhos de ar condicionado de doze mil BTUs, para atender às necessidades da ala cirúrgica do Hospital da Vida de Dourados (Prot. nº 00079/2023). Indico à Mesa Diretora, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja enviado expediente ao governador do estado de Mato Grosso do Sul, senhor Eduardo Correa Riedel, com cópia ao secretário de estado de Infraestrutura, senhor Hélio Peluffo, solicitando o serviço de patrolamento na rodovia MS-339, no trecho compreendido a partir de senhor Quincas até a Fazenda 19 de Março, no município de Bodoquena (Prot. nº 00078/2023). Requeiro à Mesa, ouvido o Plenário, nos termos do artigo 173, inciso XVI do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, que seja encaminhada a presente moção de congratulação ao pescador esportivo sul-mato-grossense Antônio Marcos da Silva Oliveira, pelo Recorde Brasileiro Absoluto do Dourado (*Salminus brasiliensis*) e pelos Recordes Brasileiro e Sul-Mato-Grossense Absoluto Masculino do Pintado, pela Plataforma BGFA (Prot. nº 00080/2023). Um projeto de lei e duas indicações, de autoria do deputado Pedro Kemp. Assegura o acesso a medicamentos e produtos à base de canabidiol (CBD) e tetrahydrocannabinol (THC) para tratamento de doenças, síndromes e transtornos de saúde (Prot. nº 00055/2023). Indico à Mesa Diretora, ouvido o colendo Plenário, na forma regimental, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Domingos Sahib Neto, secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos de Campo Grande, solicitando a recuperação asfáltica da rua Henrique de Aragão, localizada no bairro Carandá Bosque (Prot. nº 00083/2023). Indico à Mesa Diretora, ouvido o colendo Plenário, na forma regimental, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Domingos Sahib Neto, secretário municipal de Infraestrutura, solicitando o patrolamento e o encascalhamento das ruas João Cassimiro e Gaudêncio Ajala, ambas localizadas no bairro Tiradentes, em Campo Grande (Prot. nº 00082/2023).

Uma moção de pesar e quatro moções de congratulação, de autoria do deputado Renato Câmara. Requeiro à Mesa, nos termos regimentais desta Casa, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de pesar aos familiares da senhora Conceição Corrêa da Silva, falecida no dia 18 de dezembro de 2022 (Prot. nº 00019/2023). Requeiro à Mesa Diretora, com fulcro no artigo 173, XVI do Regimento Interno, após ouvido o douto Plenário, que seja enviada moção de congratulação à Guarda Municipal de Dourados, ao Samu e à Polícia Militar (coordenação, instrutores e formandos), pela realização, participação, e conclusão do 1º Curso Tático de Motopatrulhamento e Escolta (Ctame) (Prot. nº 00001/2023). Requeiro à Mesa Diretora, com fulcro no artigo 173, XVI do Regimento Interno, após ouvido o douto Plenário, que seja enviada moção de congratulação ao Centro de Diagnóstico Médico-Ltda (CDM), pela comemoração de seus quarenta e dois anos de atividades em Dourados (Prot. nº 00008/2023). Requeiro à Mesa Diretora, com fulcro no artigo 173, XVI do Regimento Interno, após ouvido o douto Plenário, que seja enviada moção de congratulação à Contact Contabilidade Empresarial-LTDA, pelos seus trinta e cinco anos de atividades em Dourados, completados no dia 26 de novembro (Prot. nº 00009/2023). Requeiro à Mesa Diretora, com fulcro no artigo 173, XVI do Regimento Interno, após ouvido o douto Plenário, que seja enviada moção de congratulação à Dourados Hidraulica-LTDA, pelos seus trinta e um anos de atividades em Dourados, completados no dia 20 de novembro (Prot. nº 00010/2023). Uma indicação e um requerimento, de autoria do deputado Zé Teixeira. Indico à Mesa, na forma regimental, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo à prefeita de Campo Grande, senhora Adriane Barbosa Nogueira Lopes, solicitando, em caráter reiterativo, a pintura de solo de “não feche o cruzamento”, no cruzamento da avenida Rodoviária com a rua Fausto Pereira, no bairro Coronel Antonino (Prot. nº 00016/2023). Requeiro à Mesa Diretora, com base no artigo 139 e seguintes do Regimento Interno da ALEMS, que seja concedida a palavra ao senhor Ricardo Ayache, presidente da Caixa de Assistência dos Servidores do Estado de Mato Grosso do Sul, durante a Sessão Ordinária deste Parlamento que acontecerá no próximo dia 8 de fevereiro de 2023, para falar sobre a instituição Cassems (Prot. nº 00039/2023). Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE...**

**DEPUTADO LIDIO LOPES** (Patriota) — Pela ordem, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Lidio Lopes.

**DEPUTADO LIDIO LOPES** (Patriota) — sem revisão do orador — Bom dia, senhor presidente e nobre pares. Senhor presidente, venho fazer uso deste microfone porque hoje nós estamos distribuindo um kit da Unale aos parlamentares, aos que já estavam e aos que estão chegando, mostrando o que é a nossa União Nacional dos Legisladores e Legislativos, para que os parlamentares possam realmente ter acesso e saber como funciona nossa entidade que hoje atende os mil e cinquenta e nove parlamentares brasileiros. Esse é o trabalho que a Unale faz em todos os estados. E eu, por ser sul-mato-grossense, me sinto honrado em presidir uma instituição gloriosa como a Unale, onde já fizemos algumas agendas oficiais, e hoje estamos aqui entregando esses kits aos parlamentares. Portanto, senhor presidente,



eu gostaria de contemplar Vossa Excelência com esse kit. Muito obrigado, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Pode subir aqui, deputado. É uma honra.

**DEPUTADO RAFAEL TAVARES** (PRTB) — Pela ordem, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Rafael Tavares.

**DEPUTADO RAFAEL TAVARES** (PRTB) — Senhor presidente, eu quero aqui requerer à Mesa Diretora uma audiência pública para tratar do assunto da criação do Centro de Proteção à Criança e ao Adolescente aqui na cidade de Campo Grande. Vou entregar para Vossa Excelência o requerimento para que seja realizada uma audiência pública, convocando a sociedade, o Ministério Público e a OAB, para participarem desse debate tão importante para a nossa cidade e o nosso estado. Obrigado.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, no Grande Expediente, o deputado Coronel David.

**DEPUTADO CORONEL DAVID** (PL) — sem revisão do orador — Senhor presidente, nobres pares, senhoras e senhores, todos que acompanham a Sessão, imprensa e funcionários da Casa. Eu entendo que nesta legislatura, esta Casa será palco de grandes embates, até por conta da constituição dos deputados e das correntes ideológicas que eles defendem. Não tenho dúvida de que nós teremos discussões até certo ponto acaloradas, mas que visam, com certeza, melhorar a qualidade de vida da população de Mato Grosso do Sul. Entendo também, deputado Pedrossian Neto, ao qual dou as boas-vindas a esta Casa, que por mais que nós tenhamos correntes ideológicas diferentes, temos que prezar por aquelas matérias que representam o bem comum da sociedade. Sendo assim, não tenho dúvida de que essas bandeiras que visam ao bem comum da sociedade, terão apoio de todos os deputados, independentemente de suas correntes ideológicas. Por isso eu trago a esta tribuna, deputado Pedro Kemp, um assunto que vem chocando a população de Mato Grosso do Sul e do Brasil, algo que já tem espaço nas mídias nacionais, falando desse assunto que é uma barbárie que nós presenciamos e que trouxe dor a muitas pessoas, principalmente as envolvidas diretamente na questão. Senhor presidente, precisamos verificar e cobrar a efetividade das leis que são por esta Casa de Leis aprovadas, porque nós temos aqui representantes de diversas correntes ideológicas, e todos estão comprometidos com a população de Mato Grosso do Sul, e por isso fomos eleitos. Esta Casa aprovou, e depois foi sancionada pelo ex-governador Reinaldo Azambuja, a Lei nº 5.938, de 19 de agosto de 2022. Essa lei de autoria do deputado Barbosinha, hoje vice-governador, trazia a obrigatoriedade da rede de saúde de Mato Grosso do Sul, composta pelos hospitais, clínicas e postos de saúde da rede pública e privada, comunicar imediatamente à autoridade policial, no prazo de vinte e quatro



horas, qualquer ocorrência de maus-tratos e violência a crianças, adolescentes, mulheres e idosos. Mas o que chama a atenção é que a gente fez uma busca com dados que foram divulgados pela imprensa e por alguns amigos da Segurança Pública, e eles mostram que a criança Sophia foi encaminhada para a rede pública de atendimento de saúde trinta vezes. Trinta vezes! Os integrantes da rede pública deveriam ter informado a autoridade policial; assim, talvez, deputado Antonio Vaz, hoje nós não estaríamos aqui ouvindo deputados que me antecederam na fala trazendo projetos de lei, que certamente ajudarão no futuro, para que haja menos casos como esse. Talvez, também, nós não estivéssemos aqui, falando desse caso, dessa barbárie, se as pessoas tivessem cumprido a lei que foi aprovada pelos deputados e sancionada pelo governador, pois ela deveria ter sido aplicada e cumprida. Na minha vida pública como policial militar de carreira, aprendi que não devemos apontar o dedo enquanto as investigações não estejam concluídas, portanto, aguardo ansioso que as investigações que estão sendo feitas pelas autoridades policiais e públicas envolvidas no fato possam trazer esclarecimentos à sociedade. Eu fiz uma indicação, senhor presidente, ao governador do estado e ao secretário de estado de Justiça e Segurança Pública, para que possam nos dizer quais as providências e qual é o método utilizado pelo poder público estadual para fiscalizar a efetividade das leis aprovadas pela Assembleia, visto que esta lei foi aprovada pela Assembleia e sancionada pelo governo do estado, gerando assim impacto direto nos fatos que acontecem na segurança pública. Nesse caso específico da lei, o autor é o vice-governador, Barbosinha. Eu peço ainda informações quanto ao fato ocorrido que vitimou a pequena Sophia, para saber se houve comunicação aos órgãos de segurança pública nos atendimentos que antecederam o fato ocorrido. Eu também faço uma indicação ao secretário municipal de Saúde e o secretário especial de Segurança e Defesa Social de Campo Grande, para que informem quais medidas foram adotadas quanto ao caso da pequena Sophia, bem como, se houve comunicação aos órgãos de segurança pública nos atendimentos que antecederam o fato ocorrido.

**DEPUTADO PEDRO KEMP (PT)** — Concede-me um aparte, deputado?

**DEPUTADO CORONEL DAVID (PL)** — Só me permita mais uma fala. Eu fico mais triste ainda, deputado Pedro Kemp, porque no meu primeiro mandato nós aprovamos aqui a lei que criou o Cadastro Estadual de Pedófilos e, como eu disse, na minha carreira profissional eu aprendi que quanto mais instrumentos nós dermos à sociedade, menos crimes e mais possibilidades de prevenção estaremos dando à nossa população. O cadastro foi criado para ser um instrumento de defesa aos pais e familiares, para que eles pudessem ter acesso para saber quem são os pedófilos aqui de Mato Grosso do Sul que já tenham sentença transitada em julgado. E qual foi minha surpresa, Deputado Pedro Kemp?! Depois de seis anos da aprovação dessa lei que deveria estar à disposição da população, nós temos... E vou trazer aqui um dado: infelizmente, nós tivemos, somente em janeiro, mais de cem ocorrências de estupros, vitimando as nossas crianças, sendo cento e setenta e sete no total, cento e três vitimaram as nossas crianças. Isso dá uma média de 3,4 ocorrências de estupro contra crianças em Mato Grosso do Sul. Hoje, no final do dia, nós teremos quase quatro crianças estupradas, de acordo com as informações oficiais da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública. E aí, nobres deputados, depois de seis anos, nós



temos apenas quatro integrantes no cadastro de pedófilos! Esse cadastro é gerenciado pelo Tribunal de Justiça, que tem acesso à lista daqueles que foram condenados em crimes de abuso sexual com sentença transitada em julgado. Mas depois de seis anos, com média de cem ocorrências por mês aqui Mato Grosso do Sul, nós só temos quatro nomes no cadastro. É uma vergonha! O cadastro impõe que nós tenhamos fotos dos pedófilos. O Tribunal de Justiça, que é o órgão que insere os nomes, colocou uma pessoa que tem o mesmo nome, mas sem a foto; além disso, colocou a foto dos pedófilos de lado, como se o pai ou a mãe tivesse que perguntar para o pedófilo: “fica de lado para eu ver se é o senhor mesmo que está no cadastro”. Então, eu estou apresentando um projeto de lei para aperfeiçoar a lei do cadastro de pedófilos, para que ninguém tenha dúvida disso, e para que, obrigatoriamente, nós tenhamos fotos dos pedófilos já condenados de maneira definitiva; e que essa foto seja de frente, porque o pai, a mãe e a população merecem e têm o direito de saber quem são os pedófilos. Concedo o aparte.

**DEPUTADO PEDRO KEMP (PT)** — Deputado Coronel David, primeiramente eu quero parabenizar Vossa Excelência pelo pronunciamento, e dizer que tem nosso total apoio. Parabenizo também o deputado Rafael Tavares e a deputada Mara Caseiro por terem apresentado várias proposições que foram motivadas por esse caso da menina Sophia, que chocou a sociedade e que teve repercussão nacional. Dias atrás eu recebi alguns vídeos que mostravam artistas da Rede Globo manifestando sua indignação com relação a esse fato que aconteceu aqui em Mato Grosso do Sul. Agora, deputado, nós precisamos cobrar da rede de proteção de crianças e adolescentes uma maior efetividade na defesa das crianças que são vítimas de violência, maus-tratos e abuso sexual. No caso da menina Sophia, a gente pode observar que houve uma série de falhas. Vossa Excelência está falando da lei do deputado Barbosinha, mas o próprio Estatuto da Criança e do Adolescente, no seu artigo 13, obriga que o médico ou enfermeiro que atendeu uma criança com sinais de maus-tratos, tortura ou abuso sexual comunique o Conselho Tutelar e, no caso, inclusive a Delegacia de Polícia para que sejam tomadas providências. Vossa Excelência disse a menina Sophia passou trinta vezes por atendimento médico; e ela tinha dois anos e sete meses, mas essa denúncia não foi feita. Então, não é possível que os médicos não tenham detectado sinais de maus-tratos. Aí se chegou ao absurdo de o padrasto espancar, abusar e estuprar a menina depois de anos sofrendo de maus-tratos dentro de casa. Então, nós podemos dizer que houve falhas no atendimento a essa criança na rede pública de saúde e por parte do Conselho Tutelar. É preciso avaliar até que ponto eles atuaram no sentido de proteger essa criança. No caso da polícia, houve atendimento, mas eu queria colocar um fato, deputado: o pai da Sophia pediu a guarda dela, e nós precisamos verificar se essa guarda não foi concedida por ele ser casado com outro homem; precisamos ver se não houve caso de homofobia. Ontem, um conselheiro tutelar me ligou dizendo o seguinte: vários conselheiros tutelares são eleitos pelas mobilizações das igrejas, e atuam muito mais pela orientação das suas igrejas do que atendendo ao Estatuto da Criança e do Adolescente. Eu tenho certeza que essa menina Sophia, se tivesse em poder do seu pai e do marido dele, que formam um casal homoafetivo, não teria sido estuprada e morta. Esse preconceito e hipocrisia da sociedade contra casais homoafetivos... Eu conheço um casal homoafetivo que adotou uma criança, e esse menino passou no

vestibular de Medicina. Ele é feliz e bem tratado, vai ser médico, criado em uma família homoafetiva. Então, nós temos que parar com essa hipocrisia de achar que só existe um modelo de família: papai, mamãe e filhinhos. Tem família que é a vovó que cuida dos netinhos. Tem casal de duas mulheres que cuidam de uma criança. Tem casal de dois homens que cuidam de uma criança. Tem que parar com essa hipocrisia! Uma menininha linda e cheia de vida estaria viva entre nós se tivesse sendo cuidada pelo seu pai e o marido dele. Então, acredito que houve falha na rede de atendimento à criança; houve falha dos profissionais de saúde. E, para concluir, eu quero lembrar que as escolas também têm que denunciar. Chegou à escola um aluno que foi espancado em casa, é dever do professor e do coordenador avisar o Conselho Tutelar. Então, o profissional de saúde e o profissional da educação e quem lida com crianças nas creches têm que denunciar para a polícia, tem que denunciar para o Conselho Tutelar e exigir providências. Nesse caso da Sophia, os vizinhos denunciam maus-tratos com cachorro ou com outro animal, mas não denunciaram os maus-tratos com a criança. Isso é um absurdo! Então, deputado, quero parabenizá-lo pela iniciativa do projeto que Vossa Excelência está aperfeiçoando. Eu acho que esse é o caminho, e a Assembleia Legislativa está dando uma resposta para a sociedade nesse caso que entristeceu demais a nossa população. Parabéns, deputado!

**DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Obrigado.**

**DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Concede-me um aparte, deputado?**

**DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Com certeza.**

**DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) —** Quero parabenizá-lo por esse projeto e por trazer à discussão algo muito importante. Quero lembrar também que nós demos entrada num projeto de lei nesta Casa que cria a Comissão da Criança do Adolescente e da Juventude. Eu vou procurar esse projeto para que isso venha a funcionar nesta Casa, para que nos venhamos a fazer audiências públicas para discutir essa situação. Eu parabenizo Vossa Excelência por esse projeto, e digo que pode contar comigo na luta contra esses abusos contra as nossas crianças. Muito obrigado.

**DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Muito obrigado, deputado.**

**DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Concede-me um aparte, deputado?**

**DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Pois não, deputado.**

**DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) —** Ouvi atentamente Vossa Excelência e os apartes que nos antecederam, inclusive a intervenção do deputado Rafael Tavares, que apresentou uma proposição para fazer uma audiência pública. Em 2009, eu apresentei um projeto de lei que foi aprovado, e que depois foi sancionada e se tornou a Lei nº 3607/2009, que criou a Semana de Conscientização e

Combate à Pedofilia. Eu fui presidente de uma instituição chamada Fenasp, e rodei praticamente todo o Brasil com ela. O senador Magno Malta teve um papel fundamental como presidente da CPI da Pedofilia. Eu vi centenas de situações deprimentes que não é qualquer homem nem mulher que tem coragem de assistir; e todo ano a gente faz as nossas palestras e visita várias entidades, onde há relatos terríveis. Dificilmente uma família não tem alguém que tenha sido vítima de algum tipo de abuso. Portanto, eu quero aqui me solidarizar com o pronunciamento de Vossa Excelência e dizer que o poder público precisa de alternativas para minimizar essa situação. Na pandemia esse crime aumentou demais. Aqui na aldeia, na região norte de Campo Grande, conversando com a liderança da educação... Deputado Zeca do PT, Vossa Excelência tem uma ação enorme nessa área indígena... Soubemos que doze meninas foram abusadas no ano passado, porque a pandemia permitiu que a criança e o adolescente ficassem mais em casa. E o que mais nos entristece é que quase 70% desse crime. E esse crime poderia ser intitulado de “mãe dos crimes”, porque uma pessoa que consegue abusar de um hipossuficiente físico e emocional, o mais frágil dentre nós, que são as crianças, não sei como nós poderíamos intitular. Isso só pode ser uma patologia, porque não tem explicação. Eu conheço caso em que o próprio pai biológico abusou e estuprou o próprio filho. Na década de 1980, eu vi a cena de uma criança de oito meses, interno do Hospital Universitário, que quarenta e oito horas depois perdeu a vida. Nesse caso foi o padrasto. Mas tem casos de ser o próprio pai, portanto é preciso que o poder público ajude a minimizar esse problema, criando políticas de inclusão social. A criança não pode ficar ociosa no contraturno, e é esse o período onde deve entrar o esporte e a cultura, para permitir à criança e ao adolescente viver de forma saudável. Eu quero me solidarizar ao pronunciamento de Vossa Excelência. Eu conheço um membro da família da Sophia, e peço que Deus dê força a seus familiares nesse momento de tanta dor, que é a perda de um ente querido de uma forma tão trágica. Parabéns pelo pronunciamento! Conte sempre conosco.

**DEPUTADO CORONEL DAVID ( PL) —** Obrigado, deputado.

**DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) —** Permite-me um aparte, deputado?

**DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) —** Pois não.

**DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) —** Eu quero parabenizar Vossa Excelência por trazer à discussão esse tema que por vários dias nas mídias ainda estão acontecendo questionamentos, levantamentos de dados e tudo mais. Eu vim usar esta tribuna para colocar alguns esclarecimentos com relação à fala do deputado Pedro Kemp. Na verdade, a mídia diz que a menina esteve trinta vezes nas unidades saúde. É verdade. Esteve trinta vezes no decorrer dos dois anos e sete meses de existência dela. Foi lá para fazer uma inalação, então é feito um procedimento. Foi lá para tomar vacina; então foi aberto outro procedimento. Nos últimos dias ela esteve nove vezes na unidade de saúde e, em nenhuma dessas vezes foi detectado sinal de agressão ou violência. Só para esclarecimento: graças a Deus, Campo Grande é uma das capitais do Brasil que têm equipes preparadíssimas para detectar esses problemas nas unidades de saúde. Por quê? Porque, infelizmente, Campo Grande tem



os maiores índices de agressão e violência contra a criança. Eu faço esse acompanhamento "pari passu", porque presido a Frente Nacional de Defesa da Criança e do Adolescente (Fenacria), pela Unale; e a gente acompanha o andamento em nível nacional. Depois, fizemos o levantamento e o entregamos na Câmara Federal. Campo Grande é uma das cidades mais positivamente avaliadas nesse sentido. E é óbvio que, com as passagens dela, e o tanto que ocultaram nas últimas nove vezes que ela foi levada às unidades de saúde, nada foi detectado pelas equipes preparadíssimas do município. Mas quando a mãe a levou para uma unidade de saúde dizendo que tinha acontecido alguma coisa com ela, já foi comprovado que ela tinha ido a óbito há mais de quatro horas, ou seja, a mãe levou a criança já morta para uma unidade de saúde. Obviamente essa é uma agressão inconcebível, por tudo que essa criança passou e pela barbárie que sofreu, indo a óbito. E nós temos feito um enfrentamento contrário a tudo isso, porque é inadmissível ver o que aconteceu com essa criança, uma mãe permitir que o seu companheiro fizesse o que ele fez com a sua filha. Mas fica aqui a nossa solidariedade a toda a família. E o município está muito dedicado a isso, levantando dados, fazendo e atendendo. Muito obrigado pela oportunidade.

**DEPUTADO CORONEL DAVID (PL)** — Obrigado, deputado Lidio Lopes. Eu também disse, deputado, que a minha carreira demonstrou que nada pode ser dito antes que se encerrem as investigações, que certamente já estão sendo feitas pelas autoridades policiais e públicas envolvidas. Até por conta disso, com relação à fala do deputado Pedro Kemp, fica muito difícil nós falarmos por que a Justiça não ter dado a guarda da criança para o casal homoafetivo, até porque os processos correm em segredo de Justiça, e nada do que a gente disser aqui pode ser a verdade do fato que ocorreu. Então eu sempre prefiro aguardar aquilo que for apurado, para que a gente possa, diante da verdade, tomar as devidas providências.

**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL)** — Obrigado pelo aparte, deputado Coronel David. Eu gostaria de cumprimentar Vossa Excelência e dizer que entrar, individualmente, na questão do afeto, do relacionamento, na questão da guarda, é algo complexo a ser analisado; inclusive essa não é a nossa função aqui. Logo que eu entrei na faculdade de Direito, em São Paulo, uma das primeiras coisas que eu aprendi é que ordem judicial a gente cumpre, porque tem lei, e lei é o que a gente faz aqui nesta Casa, neste Plenário. E Vossa Excelência, com esse projeto de lei que se tornou uma lei importante desde 2017, pontua a sua atuação parlamentar com um projeto que reúne condições de resolver esse problema. Então, da mesma forma que a gente obedece uma ordem judicial, a imperatividade das leis há que ser cobrada. Parabéns pelo projeto de Vossa Excelência! Eu me somo e sugiro que a Casa coletivamente faça um requerimento ao Tribunal de Justiça para que imediatamente baixe no seu sistema o cadastro de todos os pedófilos que foram condenados com trânsito em julgado, para que a população e os órgãos de investigação possam ter acesso, e que isso sirva de instrumento preventivo, porque é certo que se isso tivesse sido realizado, e se o seu projeto for implementado 100% conforme aquilo que este Plenário designou através de uma lei efetiva, nós não teremos mais esse problema que houve. Então me somo a Vossa Excelência e sugiro que façamos imediatamente um requerimento de



urgência, para que todas as sentenças transitadas em julgado sejam implementadas para o cadastro criado por Vossa Excelência. Parabéns pelo projeto!

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Dois minutos para concluir, deputado.

**DEPUTADO CORONEL DAVID** (PL) — Senhor presidente, ficou constatado naquilo que eu falei e nas intervenções feitas pelos deputados que em casos como esse, lamentavelmente, a Assembleia Legislativa tem que assumir um protagonismo, no sentido de dar condições à sociedade, para evitarmos casos como esse no futuro. Agora falo da importância de uma comissão já existente aqui na Assembleia Legislativa, que é Comissão de Eficácia Legislativa. Essa comissão tem a responsabilidade de fiscalizar a efetividade das leis que aqui são aprovadas. Então, senhor presidente, eu peço que Vossa Excelência, tão logo seja escolhido o presidente da Comissão de Eficácia Legislativa, possa designá-lo para que, ao longo desta legislatura ele possa adotar providências no sentido de que as leis aprovadas por esta Casa e sancionadas pelo governo sejam cumpridas. Simultaneamente à investigação que será feita para apontar os responsáveis por esse crime bárbaro que aconteceu, eu reitero, senhor presidente, a necessidade de a Assembleia Legislativa participar ativamente dessa cobrança, como disse o deputado João Henrique. Precisamos fazer um requerimento ao Tribunal de Justiça de uma vez por todas... Eu estou lutando com isso desde o meu primeiro mandato. Parece que há uma desconfiança ou uma vontade deliberada de não fazer aquilo que é aprovado por esta Casa. Será que as pessoas não têm consciência de que a falta do exercício do ofício que ela deveria cumprir nesse caso poderia evitar o cometimento de um crime de estupro contra a criança, o adolescente ou a mulher? Então, senhor presidente, fica aqui um desabafo nesta minha primeira fala da tribuna. Fica também um pedido, para que os deputados se somem, e esta Casa Legislativa se faça respeitar, no sentido de que as leis aqui aprovadas sejam cumpridas. Muito obrigado, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda no Grande Expediente, por dezenove minutos, com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Transferida. Com a palavra, o deputado Pedro Pedrossian.

**DEPUTADO PEDROSSIAN NETO** (PSD) — sem revisão de orador — Bom dia, senhor presidente. Bom dia, membros da Mesa Diretora, nobres colegas deputados, pessoas da sociedade civil organizada aqui presente e membros da imprensa. Senhor presidente, depois de uma reflexão, eu elegi um tema que, até conforme as palavras do nobre deputado Coronel David, colocou a questão da suprapartidariedade. É um tema que não envolve a direita nem a esquerda, e que na realidade, não está carregado de ideologia, mas que afeta a vida de todos e deve ser preocupação de todos os deputados. Como não poderia deixar de ser, eu elegi o tema da saúde para ser objeto do meu primeiro pronunciamento nesta Casa de Leis. Eu em preocupo, presidente, com um caso que está sendo negligenciado em Mato Grosso do Sul. Há muitos e muitos anos que, a despeito de vermos essa crise escancarada a céu aberto, nós temos uma missão de todas as instituições. Eu me refiro especificamente ao caso do maior hospital filantrópico de Mato Grosso do Sul, a nossa querida Santa



Casa de Misericórdia de Campo Grande. Esse hospital centenário de grande contribuição, pilar de sustentação do Sistema Único de Saúde do nosso estado e responsável por um terço do atendimento ambulatorial e hospitalar, encontra-se em grave situação financeira. E qual o tamanho desse problema? Eu tenho certeza que muitos de vocês não sabem que o endividamento desse hospital é da ordem de meio bilhão de reais, dívida que está alongada, em alguns casos, com alguns bancos públicos, como Caixa Econômica Federal, e outros privados. Isso está impondo a esse hospital o pagamento de uma parcela mensal da ordem de cinco milhões de reais do seu faturamento. Um hospital que, a despeito de ser absolutamente relevante e o mais resolutivo neste estado, ainda se encontra com déficit operacional e financeiro da ordem de quatro a cinco milhões de reais por mês. E o que me incomoda, senhor presidente, é que nós temos uma espécie de jogo de empurra entre as instituições. De um lado, a Prefeitura de Campo Grande, que é gestora plena, a quem compete contratualizar os serviços desse hospital, mas que, não obstante ser a contratante, ela recebe financiamento de maneira tripartite, ou seja, do governo do estado e do governo federal, além dos recursos que o campo-grandense deposita no Fundo Municipal de Saúde. Não é porque a responsabilidade é do município, que os outros entes federativos vão olhar a situação do maior hospital do nosso estado e vê-lo sangrar. Por isso, presidente, eu quero propor o seguinte tema: que a questão do financiamento público para os hospitais, sejam eles filantrópicos, puro-sangue ou estatutários, como o Hospital Regional Rosa Pedrossian, seja objeto de uma reunião. E aí eu queria fazer um pedido, para que nós tratássemos... Eu não sou membro da Comissão de Saúde, mas gostaria de sê-lo, porque conheço o tema dos hospitais, não só da Santa Casa, mas do Hospital do Câncer, do Hospital Cândido Mariano e de outros hospitais. Que esse tema seja objeto da primeira reunião da comissão, até ser feita uma audiência pública a esse respeito, para que a gente possa tratar da contratualização. Neste momento que estamos falando, a Santa Casa está sem contrato. E o que isso significa? Nós temos um hospital que recebe dinheiro do município, do estado e da União, mas que não está contratualizado, por isso nós precisamos tratar desse tema. Para isso quero convidar também, se o senhor permitir, o secretário de estado de Saúde, doutor Maurício Simões, que veio da iniciativa privada, para que ele continue mantendo o aporte que o governo do estado deu o ano passado, prorrogando esse contrato por mais doze meses, porque, pasmem: esse contrato está sendo prorrogado de três em três meses. Nós há segurança jurídica. Um hospital dessa importância não consegue se relacionar com credores e com fornecedores, porque a cada dois ou três meses esse contrato é renovado; e renova-se com valor insuficiente. Então eu quero chamar à responsabilidade, seja do município, para continuar com os aportes. Em meados de 2022, nós tínhamos a seguinte composição de financiamento: a Prefeitura Municipal de Campo Grande aportava mensalmente na Santa Casa cinco milhões de reais; o governo do estado aportava dois milhões, setecentos e cinquenta mil, e a União aportava cerca de dezesseis milhões de reais todo santo mês. Isso era insuficiente, e gerava um déficit operacional de quase nove ou dez milhões de reais por mês. Como é que a Santa Casa estava se financiando? No final do mês ela pegava dinheiro com a Caixa Econômica Federal e rolava a dívida. Mas isso tem limite. Quando nós chegamos ao final do ano passado, na proximidade das eleições, houve uma modificação: o aporte do município de Campo Grande saiu de cinco para seis milhões de reais. E parece que



há um pedido para retroceder dos seis para os cinco milhões de reais. Então eu quero deixar claro o nosso posicionamento, no sentido que temos que manter os seis milhões de reais, ou eventualmente aumentá-lo. No caso do governo do estado, o ex-governador Reinaldo Azambuja corrigiu um problema histórico, que era o subfinanciamento da participação do estado, que era de dois milhões setecentos e cinquenta mil e que foi para nove milhões de reais. Foi uma grande medida do governo Reinaldo Azambuja, porque ajudou a mitigar o déficit da Santa Casa. Mas agora nós estamos renovando o contrato, e existem dúvidas se o atual governador do estado vai continuar aportando esses seis milhões de reais aproximados ou se vai voltar para um patamar inferior. O fato é que nós temos algo além desse problema. Há cerca de quinze dias eu estive em Brasília, preocupado não somente com o recurso mensal que chega ao hospital, mas também com os juros que a Caixa Econômica Federal cobra desse hospital e de todas as entidades filantrópicas. Vejam a distorção do financiamento público que nós temos no país. Quando o Banco Nacional do Desenvolvimento Social e Econômico (BNDES) empresta recursos para uma empresa privada, para a construção de um metrô, ou para o financiamento de uma obra no exterior, muitas vezes a taxa de juros cobrada, deputado Amarildo Cruz, é a TLT, ou seja, a Taxa de Longo Prazo; a extinta TJLP. E quais foram os valores desses financiamentos realizados no passado, deputado João Mattogrosso? Cerca de 4% a 5% ao ano. E agora a TLT aumentou, está próxima da Celic; mas nós temos o precedente de uma taxa de juros baixa. Mas, e para a Santa Casa, para o Hospital Candido Mariano e para o Hospital do Câncer? “Ah, esses aí vão pagar CDI”, que é taxa Celic mais prêmio de risco. Então, esses hospitais estão pagando 15% de juros ao ano para prestar serviços públicos.

**DEPUTADO LIDIO LOPES** (Patriota) — Permite-me um aparte, deputado?

**DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD)** — Pois não.

**DEPUTADO LIDIO LOPES** (Patriota) — Eu quero parabenizar Vossa Excelência por trazer essa discussão que perdura em nossas vidas desde que eu era vereador de Campo Grande. Naquela época, a Santa Casa teve uma intervenção na gestão do ex-prefeito Nelsinho Trad, e teve as portas fechadas com correntes pelos servidores. A Justiça determinou que houvesse uma intervenção, e houve um interventor que tocou a Santa Casa, mas esse gargalo da Santa Casa perdura até os dias atuais; mais de meio bilhão de dívidas, como disse Vossa Excelência. O grande problema são as más gestões feitas na Santa Casa. Vossa Excelência esteve lá e tem conhecimento das finanças do município, e sabe que ele não tem como abarcar sozinho uma dívida como essa; tem que ser com parcerias, para poder ajudar. O município já aumentou o repasse. O grande problema é que a Santa Casa não aumenta a contrapartida, que é exatamente o plano de trabalho. Para receber mais, eu preciso trabalhar mais, fazer mais atendimentos. Eu preciso operar mais, oferecer mais consultas, preciso fazer mais pelas pessoas; e é isso que ela não faz. Os acordos são feitos junto com o Ministério Público, a fim de propor um melhor atendimento. Então, eu espero que a atual diretoria, que acabou de ser empossada, tenha essa visão de gestão e comece a acabar com esses gargalos da Santa Casa, para que realmente



consiga fazer uma contenção para que haja um melhor atendimento e redução dessa dívida e que o estado e o município possam aportar recursos, proporcionando assim um melhor atendimento para a população de Mato Grosso do Sul. Muito obrigado.

**DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD)** — Parabéns pelas considerações, deputado Lidio Lopes. Concordo. O problema de gestão existe em todas as instituições, em maior ou menor grau. Mas, o que nós não podemos é, a despeito dos problemas eventuais que existam aqui ou ali, nos omitir quanto à solução. A solução da saúde do Estado de Mato Grosso do Sul passa pela solução da Santa Casa. Então, assim como o deputado Zeca do PT falou sobre a necessidade de transparência na prestação de contas da Cassems e de outros órgãos que lidam com recursos públicos, nós podemos e devemos exigir dos maiores hospitais, incluindo a Santa Casa, um maior exercício de transparência. E eu digo isso a vocês com toda a certeza, porque conheço os diretores que agora comandam a instituição, e vejo que eles querem fazer esse trabalho e tornar a Santa Casa mais transparente, porque a Santa Casa é de todos nós. Então, além de colocar mais recursos, temos também que exigir desse hospital o cumprimento do documento descritivo. Presidente, nós também temos o problema da judicialização dos serviços de saúde. Se você for verificar o valor das condenações que o estado de Mato Grosso do Sul sofre em ações judiciais, e que o município de Campo Grande sofre de sequestros em valores de suas contas, certamente é um valor muito vultoso. No caso no município de Campo Grande, é cerca de dezenove milhões de reais; no caso do estado deve ser muito mais significativo do que isso. Então, se nós pudéssemos pegar os valores dessa judicialização e colocar para que os hospitais realizassem essas cirurgias, como cirurgia de ombro, joelho, quadril, coluna, trauma ortopédico eletivo, cirurgia de catarata, vesícula, hérnia, sairia a preço caríssimo. E se nós pudéssemos contratualizar isso com os hospitais, certamente haveria melhor resolutividade. Eu quero fazer do meu mandato um instrumento de defesa da saúde. Quero entrar de cabeça nesse tema e convidar os outros deputados que queiram se somar a nós, para que a gente não deixe esse problema que está na nossa cara, que está explodindo. Se um grande hospital como esse quebrar, vai ser muito difícil recuperá-lo novamente. Então, o que pedimos é a nossa participação na Comissão de Saúde, e que nós possamos fazer uma audiência pública para discutir o caso do contrato da Santa Casa, ou pelo menos chamar o secretário Maurício Simões para participar, porque é tema desta Casa resolver o problema da saúde de Mato Grosso do Sul. Muito obrigado.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrado o Grande Expediente. Gostaríamos de registrar a presença dos senhores Jeferson Arlan Silva, Angelo Gari, Zanon Lamunier e Marcio de Souza, todos eles vereadores de Coxim; André Santiago, presidente do Sindicato dos Policiais Penais de Mato Grosso do Sul; Jonas de Paula, diretor da FM 104 Fertel; Ismael Almeida Machado, presidente da Associação dos Docentes da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul; e Frederico Osano de Souza, subsecretário de estado de Comunicação. Encerrado o Grande Expediente. Passemos à **ORDEM DO DIA**. Até que a gente forme as nossas comissões, especialmente a CCJR... Em discussão única e votação simbólica: um requerimento, vinte e sete indicações e nove moções de congratulação. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que estiverem de acordo,



permaneçam como se encontram. Aprovados. Vão ao Expediente. Ainda em votação. Moção de pesar, proposta pelo deputado Renato Câmara, em razão do falecimento da senhora Conceição Correa da Silva. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que estiverem de acordo, permaneçam como se encontram. Aprovada. Vai ao Expediente. Encerrada a Ordem do Dia. Antes de passar a palavra nas Explicações Pessoais, eu gostaria de convidar o nobre deputado Amarildo Cruz. Ele está presente? Então, pela bancada do PT, o deputado Zeca do PT. Nós temos aqui a lista de formação para indicação do líder e do vice-líder da bancada ou dos blocos. Eu vou passar a lista para a deputada Mara Caseiro, para a formação do bloco composto... Pelo que nos foi comunicado, o PSDB deve encaminhar um bloco com outros deputados. O deputado Amarildo Cruz, pela bancada do PT, para a indicação de líder e vice-líder e composição de bancada; e convidar também o deputado Marcio Fernandes. Ele está presente? Passo para o deputado Marcio Fernandes a composição do bloco que deve ser encaminhada por MDB, PP e outros deputados. Feitas essas distribuições, solicito aos nobres colegas que essas indicações de líderes e vice-líderes sejam feitas amanhã até o início da Ordem do Dia, para que também amanhã a gente faça, a partir dos líderes, a indicação dos membros das comissões. Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Com a palavra, o nobre deputado Pedro Kemp. Transferida. Com a palavra, a deputada Lia Nogueira.

**DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB)** — sem revisão do orador —  
Senhor presidente, integrantes da Mesa, nobres colegas parlamentares, bom dia novamente. Não vou me estender a todo o horário que tenho, mas quero aqui aproveitar para falar da honra que é ocupar esta tribuna pela primeira vez. Quero agradecer, pois o sentimento é de gratidão aos mais de quinze mil eleitores de Mato Grosso do Sul que depositaram o voto em Lia Nogueira, "O Bichão do MS", nas eleições passadas. Em especial, quero agradecer à minha população de Dourados, onde eu nasci, cresci e onde fiz história, como a mulher eleita com o maior número de votos em Dourados; douradense, de família humilde que não consta em nome de rua, mas uma pessoa simples, que veio da comunidade. Sou exemplo de que filho de gente pobre chega a ocupar uma das vinte e quatro cadeiras da Assembleia Legislativa. Sou exemplo que filho de gente humilde, de uma professora... Eu fiz duas faculdades; trabalhava durante o dia, e à noite encarava um banco de faculdade. Muitas das vezes eu chegava lá suja, por causa de algumas coberturas jornalísticas, pois sou jornalista de formação e bacharel em Direito. Pautei minha vida sempre na simplicidade de saber de onde eu vim e de jamais esquecer a minha essência, deputada Mara Caseiro. Fui eleita com mais de quinze mil votos para uma dessas cadeiras. Em Dourados, minha cidade, a que eu devo tudo, principalmente o fato de estar aqui, foram quase treze mil votos. E é para Dourados que eu quero falar agora, em respeito a Mato Grosso do Sul como um todo, porque como deputada estadual nós vamos defender os interesses da população dos setenta e nove municípios, sempre dando voz a quem não tem vez, àqueles que não são ouvidos e que são relegados a um segundo plano. Mas é para Dourados que eu quero dizer: nós vamos cuidar de você! Vamos cuidar de Dourados! E já estamos fazendo isso. Sou uma mulher que não tem medo de lutas, de batalhas, porque tudo na minha vida sempre veio com muita dificuldade. As oportunidades não apareciam, deputada Mara Caseiro; eu é que as cavei. E é com esse perfil de mulher guerreira que nós vamos conduzir este mandato. No final da

semana passada, após a Sessão Solene, peguei a estrada e fui para a minha Dourados. E lá o povo me chamou. Eram famílias castigadas pela chuva, pela chuvarada dos últimos dias e em situação desumana. E eu cumpri com o meu papel, porque o lugar do político é no meio do povo. Independentemente de ter me tornado deputada estadual, continuo trabalhando pelo povo e para o povo. Então fui para a comunidade Santa Felicidade, onde hoje existem dezenas de famílias vivendo sem o mínimo do mínimo do mínimo. Fomos lá. Amassei o barro e constatei o problema, e estamos trazendo essas demandas para cá, para que o governo de Mato Grosso do Sul, que é um aliado do município de Dourados e permanece como um governo municipalista, cuidando das setenta e nove cidades, mas principalmente de Dourados. Eu costumava brincar dizendo que o governador Reinaldo Azambuja era o prefeito que a gente tinha, porque eu não reconheço o prefeito que lá está, e eu acredito muito no governo atual de Eduardo Riedel, como administrador também de Dourados. Gratidão é o que eu tenho, e quero dizer a vocês: podem esperar, pois eu vou dar o meu melhor aqui! Vou representar a população desse estado e de Dourados com muito respeito, e retribuir com muito trabalho, dignidade e transparência tudo isso que me deram. Assim como mantive a minha postura em Dourados como uma das vereadoras mais atuantes e combativas, não vou mudar minha postura neste Parlamento. Para o que for viável ao povo de Mato Grosso do Sul, nós estaremos presentes, juntos e unidos. Muito obrigada pela oportunidade de representá-los. Dourados, a Lia Nogueira, o “Bichão do MS”, vai cuidar da minha cidade. Muito obrigada.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda nas Explicações Pessoais, com a palavra, o nobre deputado Zeca do PT. Transferida. Com a palavra a nobre deputada Mara Caseiro. Transferida. Com a palavra, o nobre deputado Antonio Vaz.

**DEPUTADO ANTONIO VAZ** (Republicanos) — Caros amigos e nobres colegas, hoje eu quero usar esse espaço para primeiramente desejar a todos um ótimo ano e uma feliz jornada ao longo desta décima segunda legislatura. E também quero falar um pouco sobre o meu partido, o Republicanos, que eu vi nascer, fui pioneiro e participei da sua fundação em 2005, quando eu era vereador em São Paulo. Fui um dos fundadores do Republicanos lá em São Paulo, e permaneço nele desde a sua fundação. Fui presidente do partido de 2005 a 2011, em São Paulo. Cheguei aqui em 2013 e assumi o partido no estado até 2015; depois assumi o Republicanos aqui na capital, e o presidi até 2018. É com alegria que o vejo crescer e conquistar um espaço de respeito e grandeza no cenário nacional. Hoje ele é um partido grande; se não me engano, é o sexto no Brasil, com quarenta e dois deputados federais. E agora vamos ter, com a vinda de outro senador, cinco senadores. Também temos o governador do Estado de São Paulo, Tarcísio de Freitas, a senadora Damares e o general Mourão, além de outros que também fazem parte do Republicanos. Quero parabenizar aqui o nosso presidente do partido, que hoje é o primeiro-vice-presidente na Câmara Federal, o deputado Marcos Pereira. Hoje, o Republicanos é protagonista de um trabalho e de um crescimento que tem mudado a vida e ajudado muitas pessoas no Brasil. Nas últimas eleições, nós elegemos setenta e seis deputados estaduais e distritais, quarenta e cinco deputados federais, dois governadores, dois



vice-governadores, cinco senadores da República, e ainda seguimos crescendo e conquistando autonomia para assumirmos posição de independência no Congresso Nacional. Isso significa que ficaremos ao lado do povo e continuaremos a nos opor a tudo que for contra os valores que defendemos. Faremos isso de forma responsável e democrática, não buscando os interesses próprios, mas, sim, atendendo aos interesses da população. Por isso, é com muita honra e com profundo sentimento de responsabilidade que assumo a presidência do partido Republicanos em Mato Grosso do Sul. Trabalharemos para que o partido esteja nos setenta e nove municípios de Mato Grosso do Sul, ajudando a população, atendendo principalmente as pessoas carentes do nosso estado. Por isso tenho certeza que será um grande desafio, mas temos pessoas capacitadas que embarcaram comigo nessa jornada e que, assim como eu, acreditam que o nosso partido pode ir além, especialmente em nosso estado que, sem dúvida, tem muito potencial político e econômico. Quero agradecer especialmente a Deus, que é quem nos tem capacitado e ajudado a cumprir essa nobre missão de representar o povo. Também quero reafirmar meu compromisso de fazer a diferença, pois o nosso objetivo, como já disse, não é lutar por interesses próprios, mas ajudar, e trazer o que for melhor para aqueles que confiam em nosso trabalho e em nossas propostas. E agora, não apenas no campo legislativo, mas com o compromisso em todos os âmbitos da sociedade em que um partido pode atuar. Que Deus nos abençoe nesta nova jornada. Eu me coloco à disposição do povo e dos meus nobres companheiros. E, como sempre digo e repito: vamos juntos fazer acontecer! Muito obrigado, senhor presidente.

**DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB)** — Pela ordem, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, a nobre deputada Mara Caseiro; depois, o deputado Coronel David. Prioridade sempre.

**DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB)** — Peço perdão, deputado Coronel David. Eu não tinha visto que o senhor tinha se levantado. Eu quero apenas fazer um convite a todos os integrantes do PSDB para uma reunião amanhã, após a sessão. Eu pedi ao nosso presidente, e ele já nos concedeu a sala de reuniões da presidência. Então, amanhã, após a sessão, nos reuniremos para discutirmos a questão das comissões e dos blocos. É isso que eu tinha, senhor presidente. Obrigado.

**DEPUTADO CORONEL DAVID (PL)** — Pela ordem, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Coronel David.

**DEPUTADO CORONEL DAVID (PL)** — Senhor presidente, após o meu pronunciamento, e depois que eu falei com Vossa Excelência, fizemos uma indicação ao desembargador Sérgio Fernandes Martins, presidente do Tribunal de Justiça, para que informe quantas sentenças já transitaram em julgado nos crimes de abuso sexual definidos no Estatuto da Criança e do Adolescente, bem nos explique a razão de não estarem sendo incluídas as informações de forma completa e, em especial, as fotos



dos pedófilos que devem fazer parte do cadastro. Então, passo essa indicação às mãos de Vossa Excelência, para que esta Casa possa fazer chegar o mais rápido possível às mãos do presidente do Tribunal de Justiça, para que esse assunto seja resolvido de forma permanente, e que a gente não volte a falar aqui mais uma desse problema.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com certeza. Continuaremos vigilantes, e tomaremos as providências, deputado. Com a palavra, nas Explicações Pessoais, o nobre deputado Amarildo Cruz. Transferida. Com a transferência, não havendo mais deputados inscritos, eu gostaria de agradecer aos membros da imprensa, a nossa equipe de assessoria e a todo público, aos nobres vereadores e à população que nos assistem pela TV e Rádio Assembleia. Nada mais havendo a tratar, esta Presidência declara encerrada a presente Sessão (11h15min).